



Rumos das  
**políticas**  
de desenvolvimento:

balanço crítico, alternativas e cenários futuros

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

**Rumos das**  
**políticas**  
**de desenvolvimento:**  
balanço crítico, alternativas e cenários futuros

Rio de Janeiro  
2017



*Rumos das políticas de desenvolvimento: balanço crítico,  
alternativas e cenários futuros - Encontro Pacs 30 anos*

---

**Realização**

*Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul - Pacs  
Rua Henrique Valadares, 23, sala 504 - Centro, Rio de Janeiro  
Telefone: +55 21 2210-2124  
contato@pacs.org.br  
www.pacs.org.br  
30anos.pacs.org.br*

**Coordenadora-geral**

*Sandra Quintela*

**Coordenadores-adjuntos**

*Gabriel Strautman  
Joana Emmerick*

**Concepção Editorial**

*Sandra Quintela*

**Sistematização**

*Larissa Cabral*

**Organização**

*Thiago Mendes*

**Revisão**

*Iara Moura  
Marcos Arruda  
Thiago Mendes*

**Foto**

*Iara Moura*

**Projeto Gráfico e Diagramação**

*Mardônio Andrade*

**Tiragem**

*1.000 exemplares*

**Impressão**

*Walprint Gráfica e Editora*

**Apoio**

*Fasternopfer  
Pão para o Mundo*

**Agradecimento**

*Facilitadores e Facilitadoras  
Equipe Instituto Pacs*

**Rio de Janeiro**

**2017**

*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.*

*Este livro pode ser utilizado, copiado, distribuído, exibido ou  
reproduzido em qualquer meio ou forma, seja mecânico, seja  
eletrônico, incluindo fotocópia, desde que não tenha objetivo  
comercial e sejam citadas as fontes, autores e autoras.*

“

*Das Pedras  
Cora Coralina*

*Ajuntei todas as pedras  
Que vieram sobre mim  
Levantei uma escada muito alta  
E no alto eu subi*

*Teci um tapete floreado  
E no sonho me perdi  
Uma estrada,  
Um leito,  
Uma casa,  
Um companheiro,  
Tudo de pedra*

*Entre pedras  
Cresceu a minha poesia  
Minha vida...  
Quebrando pedras  
E plantando flores*

*Entre pedras que me esmagavam  
Levantei a pedra rude dos meus versos.*



*O Instituto Pacs repudia a ação criminosa protagonizada pela invasão da Polícia Civil à Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/ SP, no dia 04 de novembro de 2016. Reconhecemos que a ENFF é um espaço de referência para muitos e muitas que estamos aqui e um espaço de construção de pensamento crítico e libertador. Toda solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra.*

# Sumário

**10** / *Pacs: 30 anos de histórias e de sonhos!*

**15** / *Primeiras palavras...*

**1**

## Balanço crítico das políticas de desenvolvimento: do pós guerra aos dias atuais

**21** / *Desenvolvimento capitalista e classes sociais*  
*Virginia Fontes*

**27** / *Balanço crítico das políticas do desenvolvimento na América Latina*  
*Beverly Keene*

**39** / *Reflexões Coletivas*

**2**

## Quais as novas abordagens para o tema do desenvolvimento? É possível?

**41** / *¿Qué nuevos enfoques para el tema del desarrollo?*  
*Ana Agostino*

**53** / *Desenvolvimento como evolução consciente*  
*Marcos Arruda*

**62** / *Reflexões Coletivas*      **65** / *Contribuições Finais*

**3****Que alternativas? Para que sociedade?**

**69 /** *A auto-organização das mulheres*  
*Miriam Nobre*

**71 /** *A ousadia de pensar e fazer acontecer e a economia do cuidado*  
*Shirlei A. A. Silva*

**75 /** *O racismo e o patriarcado nas injustiças ambientais como entraves para a construção de uma nova sociedade*  
*Cris Faustino*

**79 /** *Comer é um ato político*  
*Maria Emília Pacheco*

**83 /** *Reflexões Coletivas*      **84 /** *Contribuições Finais*

**4****30 anos atrás, redemocratização. Agora, perdas de direitos. Que cenários futuros?**

**87 /** *Um olhar sobre os ciclos históricos*  
*Cláudio Nascimento*

**91 /** *A questão agrária e os desafios para a classe trabalhadora*  
*Marina dos Santos*

**95 /** *Os direitos humanos, a juventude e a luta contra o racismo*  
*Marielle Franco*

**98 /** *Reflexões Coletivas*      **99 /** *Contribuições Finais*

**100 /** *Programação Encontro Pacs 30 anos*

# [ *Pacs: 30 anos de histórias e de sonhos*

*Somos muitos e muitas e vamos quebrando as pedras, plantando flores, plantados versos nesta nossa luta ao lado de nossa grande irmã que é a utopia em busca da liberdade.*

“

*Eu tive a felicidade de participar dos primeiros anos de construção do Pacs. Foi uma época muito difícil, mas, ao mesmo tempo, uma época que nos enchia de esperança. Neste momento de comemoração, eu quero prestar uma homenagem a um grande amigo que participou conosco desta jornada, o cientista político René Armand Dreifuss. René morreu prematuramente em 2003, aos 58 anos, e deixou uma obra que é um verdadeiro legado sobre o século XX para a América Latina. É um legado espetacular que ele deixou para todos nós que lutamos por um mundo mais justo, mais igual e mais fraterno. E eu tenho a certeza de que o Pacs vai seguir por muitos anos mais nesta luta. Parabéns!*

*José Drumond Saraiva*

“

*Eu tive o prazer de ser parte da família Pacs desde 2005, quando iniciei a minha graduação em Ciências Sociais, na FEUC, Zona Oeste do Rio. Passei a fazer parte do Instituto colaborando com o Projeto “Mulheres e a Socioeconomia”. A luta pela não violência à mulher, bandeira que o Pacs defende, é uma luta local, ela está nas nossas casas, nas nossas famílias e a partir da desconstrução da opressão e das discussões que traçamos sobre estes espaços, conseguimos colocar o debate na dimensão pública, permitindo-nos, assim, olhar para a sociedade capitalista e patriarcal e podermos contribuir e pensar juntos um novo mundo possível. Para mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser mulher! Parabéns ao Pacs!*

*Leila Salles*

“

*Eu sou do Fórum de Economia Popular e Solidária de Duque de Caxias/RJ e fiz vários cursos pelo Pacs. E, hoje eu estou aqui para dizer que aprendi muita coisa. No Pacs eu aprendi a ser mulher, porque antes eu só vivia para cuidar da casa e dos filhos. Depois dos cursos eu caí na real. Depois do Pacs eu mudei de profissão. Antes as pessoas me perguntavam qual era a minha profissão e eu respondia que era “do lar”, agora eu respondo que sou artesã. Hoje sou artesã. Muito obrigada ao Pacs por isso!*

*Aneilda*



# { *Apresentação*

Celebramos, em novembro de 2016, num encontro rico e fortificante 30 anos de caminhada do Instituto Pacs. Uma caminhada coletiva, de aprendizados e trocas, de amadurecimento, de amor e utopia partilhados. Nascemos há trinta anos num momento político de redemocratização e abertura. Hoje, vivemos um cenário de retrocesso no campo dos direitos, da política econômica e social e da própria democracia. Estar junto de pessoas que ainda apostam no conhecimento crítico, na educação popular e nas lutas como estratégia de transformação do mundo nos fortalece também pra enfrentar os desafios postos local e globalmente.

A partir dos ricos debates do Encontro Pacs 30 anos, surgiu a ideia de reunir em um só documento as discussões em formato de artigos. O Instituto Pacs agradece a todas e todos os cerca de 300 participantes que circularam, debateram, compartilharam experiências e afetos durante os três dias de seminário.

O material que chega ao público agora, no formato desta publicação, é resultado de um esforço de sistematização das falas e reescrita dos textos por parte de autores e autoras. Os textos procuram abarcar a diversidade das falas, razão pela qual alguns são mais extensos que outros. São escritos críticos, analíticos, formativos, mas também carregados dos sentimentos compartilhados pelas pessoas que participaram deste importante momento. Os artigos estão divididos de acordo com as quatro mesas que compuseram o Encontro:

- 1) Balanço crítico das políticas de desenvolvimento: do pós guerra aos dias atuais
- 2) Quais as novas abordagens para o tema do desenvolvimento? É possível?
- 3) Que alternativas? Para que sociedade?
- 4) 30 anos atrás, redemocratização. Agora, perdas de direitos. Que cenários futuros?

A cada artigo se seguem as Reflexões Coletivas da plenária e as Contribuições Finais das e dos articulistas.

Esperamos que as reflexões trazidas ajudem a fomentar debates necessários de serem enfrentados, mas que sobretudo representem abraços para unir forças na luta.

Boa leitura!



# # *Primeiras palavras...*

**E**m primeiro lugar, é importante agradecer a todas e cada pessoa aqui presente, que representam tanto para nós. Nós somos porque vocês existem e existimos porque vocês são. Essa é a tônica do nosso trabalho. Não existe forma de ter um trabalho que não seja porque nós somos. Chegamos aos primeiros 30 anos, com uma equipe extremamente fortalecida, jovem e muito competente. Por isso, neste momento de comemoração é preciso, antes de tudo, agradecer de coração a cada pessoa do Pacs e não só às pessoas que fazem parte da equipe diretamente, mas de toda a equipe ampliada, uma rede de colaboradoras e colaboradores, companheiras e companheiros que constroem com a gente esse trabalho cotidiano. Sem vocês nada do que somos existiria.

Completamos 30 anos num contexto extremamente desafiador: golpe, Estado de exceção, reconhecimento brutal das forças repressivas, criminalização dos movimentos sociais, militarização e cerceamento das liberdades individuais e coletivas. Trinta anos atrás vivíamos o revés desse processo. A gente nasce, em 1986, num momento de redemocratização, de reorganização da esquerda brasileira. Nesse período nascia a CUT, nascia o PT, nascia

o MST, se rearticulava a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares), se retomava a UNE e diversos outros movimentos. O Pacs nasce da prática político-pedagógica que vem do Grito dos Excluídos, vem dos trabalhos sociais, vem das Comunidades Eclesiais de Base, vem do chão, da terra, onde a construção da nossa política se faz.

Ao longo da história do Pacs, desde a origem até hoje, as nossas atividades foram sempre contra o capitalismo globalizado. São 30 anos de trabalhos destinados a sensibilizar e compreender como funciona este sistema, alertando para a necessidade de sua superação para a emancipação da humanidade. Nesta perspectiva, trabalhamos no enfrentamento às transnacionais e às Instituições multilaterais - que atuam a serviço dos interesses das grandes corporações ao invés de atenderem as necessidades sociais. São elas o Banco Mundial, o FMI, a OMC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Outro tema que teve (e continua tendo) bastante relevância na atuação do Pacs é a Dívida Pública. O Pacs sempre procurou debater e entender esta importante questão, problematizando-a não só pelo viés financeiro, como também nas dimensões social, ambiental, étnica e histórica. Nosso empenho foi sempre no intuito de mostrar que os credores são os povos e os devedores são os opressores. Continuamos na luta contra o pagamento da dívida, que é ilegal, ilegítima e que oprime os povos.

O ano de 1986 foi o primeiro após o Golpe corporativo e militar (1964-1985). Em agosto daquele ano, quando o Pacs nasceu, a proposta foi criar um Programa de Pesquisas Econômicas e Sociais sobre o Cone Sul. Ao comemarmos este aniversário, 30 anos depois, vivemos um novo golpe, desta vez de caráter corporativo, judiciário e institucional. O objetivo dos golpistas é retirar as liberdades das populações, conquistadas a partir do fim da ditadura. Portanto, a luta por uma verdadeira democracia continua. A luta pela vida continua!

Olhando o cenário atual, a gente pergunta: Quem são os novos sujeitos sociais? Quem são os sujeitos portadores de uma prática revolucionária hoje? Que instrumentos políticos precisamos criar ou recriar hoje? Que visão de sociedade precisamos desenvolver e praticar juntos e juntas? Em torno de que programa?

A realidade hoje e nossa prática já apontam algumas direções de quem são esses

sujeitos. O protagonismo das mulheres na luta política, na luta de resistência, na luta por alternativas, na luta para recriar cotidianamente a vida. As mulheres são esses sujeitos sociais, políticos. A gente não tem dúvida que é um novo-velho sujeito que se reconstrói a partir das lutas.

A juventude, sem sombra de dúvidas, nessa conjuntura que estamos vivendo hoje e na história inteira do Brasil, também é. A juventude sempre teve papel protagonista nas transformações. A abolição da escravatura nasce da juventude, as resistências à ditadura militar e outras tantas lutas, todas nasceram da juventude. A juventude se renova, respira novas práticas políticas que trazem em si novos desafios, articulações locais e nacionais, a revisão dos instrumentos tradicionais de representação, etc.

As populações indígenas, que trazem consigo as populações tradicionais, como os quilombolas, os pescadores artesanais, as marisqueiras, etc. também são sujeitos sociais em luta, e nunca deixaram de ser. No contexto das disputas por territórios e recursos naturais, o acirramento, o aprofundamento e a aceleração das lutas desses povos faz deles sujeitos sociais protagônicos.

É muito importante falar dos que podem ser sujeitos do novo, e seu recriar-se e reconstruir-se, porque estamos numa trincheira com guerras por todos os lados. Temos que pensar estrategicamente como sair dessa trincheira e esses sujeitos nos dão as pistas para isso, trazem em si a esperança da renovação.

Sabemos que somos apenas grãos de areia neste contexto enorme. Nós somos uma pequena organização de apoio e assessoria em pesquisa e educação popular. Nunca abandonamos a dimensão da educação popular, nunca abandonamos o trabalho de campo. Mesmo quando não era “pop”, vamos dizer assim, a gente continuou fazendo.

Sabemos, enquanto Pacs, que o nosso papel é ser coadjuvante. O protagonismo tem que ser das organizações e dos movimentos sociais. Nós somos apenas parte desse processo. Quem está na frente são os movimentos e as organizações sociais. Nosso papel é fortalecer, apoiar, servir de ponte, por isso estamos há 30 anos colocando todo o nosso conhecimento, o nosso amor e a nossa vida à disposição desta luta.

São tempos difíceis, mas não podemos desistir. Temos que lutar até o último momento, até a última gota do nosso sangue, para a libertação da humanidade, para o resgate da

Mãe-Terra. Precisamos propagandear o sentimento de amor, para contrastar com toda esta cultura da opressão, da destruição e do desastre. Amor, antes de tudo, à vida que é o maior valor de todos. Nós estamos aqui exercendo a nossa vida, e é isso que precisamos preservar. O maior objetivo da nossa luta é a preservação da vida e das condições para ela continuar a evoluir. Amor à Mãe-Terra, que é fonte de vida. E, amor ao ser humano, sobretudo às crianças, e às mulheres e homens que vivem do seu trabalho.

Foi por amor que chegamos até aqui. Por isso, é importante agradecer a todas e todos que fizeram e fazem parte deste caminho. Neste momento de comemoração, não podemos deixar de saudar os companheiros que criaram o Pacs, à época chamado de Pacs-PRIES/CONE SUL – Programa de Pesquisas Econômicas e Sociais do Cone Sul, Alberto Sánchez (Argentina), Gustavo Arce (Uruguai), Gustavo Marín (Chile) e Marcos Arruda (Brasil). Juntos, impulsaram nove anos de colaboração interpaíses, nos quais colocaram as competências profissionais a serviço dos movimentos populares; e construíram propostas de superação das opressões, ocupando com isso um lugar de relevo na luta contra os programas de ajuste estrutural, o sobre-endividamento, Mercosul e os acordos de livre comércio e investimento; e na integração dos povos, pautada na construção de um desenvolvimento econômico e social.

Outra homenagem que não pode deixar de ser feita, vai para dois companheiros que, infelizmente, não puderam participar deste Seminário, mas que foram muito importantes na origem do Pacs. Um deles chama-se Valdo César, à época assessor da FAO, que nos abrigou quando ainda não éramos Pessoa Jurídica e não tínhamos escritório, oferecendo o Cenpla (Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento) como base institucional por um tempo. A outra pessoa é Sílvio Schneider, Pastor Luterano no Rio Grande do Sul que, com grande sentimento de solidariedade, nos deu apoio e as referências necessárias para conseguirmos os primeiros recursos.

Saudação também a toda a equipe do Pacs que, ao longo desses 30 anos, procurou colocar em prática a ideia da Educação Popular e a construção de unidades na diversidade, aprendendo a reconhecer os conflitos e a adotar formas pacíficas de superá-los, respeitando o outro e tendo como princípios o diálogo e a empatia. Tudo isso fez com que essa caminhada de 30 anos fosse possível.

As estratégias de ação do Pacs incluem a construção do novo. Acreditamos estar contribuindo para que a sociedade civil construa uma subjetividade cidadã pró-ativa, ocupando espaços como sujeito de poder não só político, mas também econômico, social, cultural e espiritual. Um poder que emerge da base. Se não ocuparmos a economia e não a criarmos, quando teremos uma nova economia? A economia precisa ser democrática, participativa e valorizadora do trabalho emancipado do ser humano.

O novo nasce de dentro do velho e vai tomando corpo pouco a pouco. Estamos fazendo isso, construindo gota a gota, de pessoa a pessoa, de comunidade a comunidade. Novas lógicas, novas atitudes, novos relacionamentos econômicos, sociais, interpessoais e, até mesmo, com nossa saúde – autogestão da saúde. Tudo isso para que quando vier o grande colapso deste sistema suicida, homicida, etnocida e ecocida já estejam plantadas as sementes e brotado a nova sociedade, de nova mulher e novo homem.

O Pacs acredita que uma nova política tem que lidar com a integralidade do ser humano e não somente com o tema do poder do Estado. O desafio é a Democracia como poder compartilhado nas esferas da sociedade, na vida cotidiana, das relações interpessoais e da relação de cada um de nós com o seu próprio ser. O amor ao povo é o que nos mobiliza.

Vamos rumo aos próximos 30 anos!

**Sandra Quintela**  
**Coordenadora-geral do Instituto Pacs**



**Balanço crítico  
das políticas de  
desenvolvimento:  
do pós-guerra  
aos dias atuais**

# *Desenvolvimento capitalista e classes sociais*

*Virgínia Fontes  
(historiadora UFF/ Fiocruz)*

**A** luta contra o capital exige hoje que ninguém conserve o conhecimento para si. O conhecimento tem que ser socializado, mas ele precisa antes ser produzido. É preciso a construção de um outro conhecimento para superar a cegueira do capital, que vem sendo reforçada pelas classes dominantes, como se não houvesse alternativas. Este é nosso maior desafio. Antes de falar das políticas de desenvolvimento, é preciso lembrar o que são os processos sociais do desenvolvimento do capitalismo. Lembremos alguns elementos das teorias de Marx sobre capitalismo. Capitalismo é uma maneira de extrair valor de trabalhadores formalmente “livres”. É a mais potente forma de exploração (de produção de riqueza e de valor), visto que os trabalhadores não percebem o quanto estão sendo explorados. Não sabemos qual é a diferença de tempo que trabalham para garantir a própria vida e o tempo de trabalho que estão doando para o capital. A maior parte da existência é gasta no trabalho (com ou sem direitos), sobrando quase nenhum tempo para a vida, e isso numa sociedade que dispõe de enorme tecnologia!

*A Uber e como o capitalismo se renova...*

*A UBER é um bom exemplo de como funciona o capitalismo hoje. O trabalhador não vê o patrão, ele se comporta como se fosse dono do próprio negócio. Ao mesmo tempo, para os clientes, a ideia também parece boa, visto que se trata de um serviço mais barato. Contudo, esse sistema representa uma rede altamente concentrada de propriedade, a qual chamamos propriedade dos recursos sociais dos meios de produção – juntando produção, oferta e procura. O sistema de UBER subordina os trabalhadores sem contrato. Para isso conta com a participação de um dos maiores bancos mundiais, Goldman Sachs, que financia o sistema, além das operadoras de cartão de crédito. Além disso, 25% do total produzido pelo trabalhador é destinado diretamente ao patrão oculto. Isso dá ao capitalista a garantia de que ele não terá prejuízos no negócio. O trabalhador oferece o meio de produção – o carro e, ainda paga o combustível. Esse é o sonho do capital: fazer o trabalhador pensar que não é trabalhador. Na Uber, não limites para a jornada de trabalho...*

Capitalismo é, portanto, este processo de extração de valor (exploração) do trabalhador para acumulação de capital.

E o que significou o capitalismo no Pós II Guerra Mundial (1939-1945)? O Pós II Guerra Mundial dividiu o mundo em dois, o soviético e o pró-americano (democracias socialistas e democracias capitalistas, respectivamente). O chamado desenvolvimentismo das décadas seguintes se traduziu pela expansão de redes associadas intercapitalistas (imperialistas) dos países centrais: em parte para bloquear a União Soviética; em parte para impedir novas guerras (inclusive nuclear) entre os próprios países imperialistas e ainda para assegurar a expansão do capitalismo. Só existe capitalismo em expansão, não existe capitalismo parado. Mesmo agora, período de baixo crescimento econômico, o capitalismo segue se expandindo. Nós vivemos hoje o ápice da expansão do capitalismo em escala mundial, com seu cortejo de tragédias. Não há outro período histórico equivalente.

O processo de expansão do capitalismo significou uma expropriação massiva dos trabalhadores do campo. Entre 1945 e 2000, mais de metade da população mundial foi expulsa do campo. No Brasil, em 1950 aproximadamente 70% da população vivia no campo. Duas décadas mais tarde, esse índice se invertera, com a população urbana maior do que a

rural. A população rural foi expulsa do campo de diversas maneiras, seja pela violência da grande propriedade, seja pela impossibilidade de continuar vivendo ali. Isso significa um grande aumento de trabalhadores nas cidades.

Contudo, as formas de expropriação assumiram características e ritmos diferentes em cada país. Na China, por exemplo – país mais populoso do planeta – houve reforma agrária. A Revolução Chinesa corresponde à maior reforma agrária da história da humanidade, freando durante certo tempo o processo de expulsão dos trabalhadores do campo. Ali também ocorrem intensas expropriações, com nuances diferentes dos demais países. Com enorme população, as expropriações – mesmo se parciais – asseguram enorme força de trabalho urbana, que procura garantir com o assalariamento a manutenção de sua pequena parcela de terra. A tendência, entretanto, é da expropriação, mesmo se mais lenta.

O êxodo rural forçado é condição para a existência do capitalismo, que precisa sempre de mais trabalhadores disponíveis, “livres”. A expansão do capitalismo é também o processo do aumento da concentração de capital e exigências crescentes de valorização deste valor. Isso se traduz por vários eventos simultâneos, como a expropriação de trabalhador, o roubo da propriedade dos bens sociais – terra, água, ar, minério e todos os recursos que possam ser convertidos em propriedade, inclusive a produção da vida (neurociências). Vivemos um período de apropriação (roubo) mercantil pelas grandes empresas dos processos biológicos de produção da vida. Isso significa a expropriação da própria humanidade de seus elementos biológicos.

Nas condições do pós-Segunda Guerra Mundial, novas burguesias se formaram em países fora do centro. Nos anos 1950, os países periféricos eram muito desiguais. No caso brasileiro, por exemplo – que já carregava o histórico da colonização e do sistema escravista – a burguesia se associou a grandes proprietários latifundiários. Em parte, precisou enfrentar a burguesia internacional para industrializar-se, mas na maior parte do tempo se associou a ela. Por isso assumiu como modelo a forma de enriquecer daquelas burguesias imperialistas e as defende.

Novas expropriações apareceram na década de 1990, avançando agora sobre os não-camponeses. É uma expropriação múltipla que perpassa a retirada de direitos sociais (habitação, alimentação, etc.), direitos trabalhistas (contrato de trabalho, aposentadorias,

terceirizações, etc.), intensificação de privatização e da exploração dos recursos naturais, como as águas (doces e salgadas) o que significa que os bens que eram de todos agora pertencem somente a alguns.

Esses processos são cumulativos. Por essa lógica, o desenvolvimento é baseado na expansão de uma população que precisa vender sua força de trabalho, sob quaisquer condições, para a manutenção da própria vida. A massa dos trabalhadores precisa ser diariamente contida e educada pelo capital. E quem educa essa massa? O empresariado e a mídia. O papel da grande mídia corporativa burguesa é garantir a alienação dos trabalhadores, para que eles aceitem o que lhes é oferecido como se fosse educação ou informação e para que sejam cada vez mais produtivos.

“

*Cada vez que tentarem nos convencer de que estamos em crise, devemos ver se os capitalistas seguem com seus privilégios. Enquanto o capital estiver bem, a crise capitalista será da classe trabalhadora e não da burguesia.*

Marx já dizia que a única coisa democrática na sociedade capitalista é a dívida pública. A dívida pública representa o compromisso do Estado (lugar de coerção e convencimento) com os capitalistas. Com a dívida, o Estado assegura que irá garantir a extração de mais-valia dos trabalhadores no futuro próximo e no distante. Em outras palavras, o Estado assume o compromisso não só com a garantia do lucro imediato para os capitalistas (pois se endivida para financiar os capitalistas e para o pagamento de juros abusivos aos mesmos capitalistas), como também garante a sujeição do trabalhador no futuro (com os “ajustes fiscais” que retiram direitos, para cobrir o déficit que a própria dívida promove) que a força

de trabalho esteja subordinada e pronta para ser explorada.

Para os capitalistas, a expansão do capitalismo é ilimitada e necessária. Mas a humanidade é finita, assim como a natureza. Como só existe capitalismo se houver extração de valor, isso significa que expandir capitalismo é aumentar a subordinação da humanidade. Não existe capitalismo de outra maneira. Isso significa que nós temos como enfrentar o capital. Porque somos nós que produzimos o valor que é necessário para o capital existir. Às vezes nos esquecemos disso, pois tentam apagar isso da nossa memória. Nosso desafio é garantir que isso não caia no esquecimento.

Nos últimos anos, assistimos a alguns efeitos que não são novos, mas estão em escalas maiores no cenário internacional: os deslocamentos do setor produtivo de um país para o outro e reações contra isso. O atual período lembra a década de 1990, quando houve terríveis perdas de direitos. Contudo, hoje há uma redução do papel dos instrumentos de luta da classe trabalhadora que foram construídos no passado. No Brasil, ao longo da década de 1990, sindicatos combativos foram transformados em sindicatos cidadãos, e que acabaram virando formação para gestão sindical, perdendo assim o caráter de luta social. Os anos 1990 colocam no esquecimento a luta pela autonomia da classe trabalhadora.

A cada vez que tentarem nos convencer de que *todos* estamos em crise, devemos, antes de tudo, ver se os capitalistas estão bem de saúde, se seguem com seus privilégios, etc. pois, enquanto o capital estiver bem, a crise capitalista será da classe trabalhadora e não da burguesia. O capitalismo estará em crise quando nós os colocarmos em crise (ou seja, em condições de não poder lucrar) e não o contrário, quando arrocham direitos e salários para garantir lucros.

Será preciso reaprender, depois de duas décadas de deseducação e de desconstrução da nossa luta, a nos organizarmos. Os últimos governos, do Partido dos Trabalhadores, promoveram a expansão do crescimento do capitalismo no Brasil. Para tal, foram eficientes na educação da classe trabalhadora, adequando-a para atender as condições do desenvolvimento capitalista, através de bolsas e outros programas. Não é um demérito a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras para a garantia de seus direitos. Mas ela não deve resultar em direitos amesquinçados e subordinação. É importante para nosso futuro reconhecer que a contribuição do assim chamado “Projeto Democrático Popular” aos

trabalhadores existiu, mas foi pequena, enquanto foi enorme para a burguesia brasileira e o capitalismo global.

O golpe jurídico-parlamentar de 2016 no Brasil resulta de disputas internas e de impotência eleitoral destas burguesias. Após a redemocratização, ela procurou persuadir os setores populares através de uma infinidade de entidades associativas financiadas por empresários e que procuravam capturar as reivindicações e a sensibilidade popular, como o “Movimento Todos pela Educação” e a Responsabilidade Social Empresarial. A crise econômica e as denúncias de corrupção atemorizam essas burguesias, e seu ponto de união torna-se a rapinagem (quando se apropriam de recursos públicos) e a expropriação. Nenhum burguês quer “pagar o pato” e joga a conta nas costas dos trabalhadores.

O golpe brasileiro é fruto de uma conjunção de problemas, e ainda não temos a dimensão completa de suas consequências. O processo começou a partir do medo de empresários, políticos e partidos comprometidos com a Operação Lava Jato e, como plano de fundo, pela crise econômica, isto é, ameaça de redução de seus lucros.

O cenário internacional está muito complexo. Com a ascensão de Donald Trump, como presidente do mais poderoso Império do mundo, ninguém sabe para onde vai esse processo. A única certeza é que vai tudo piorar, se não o enfrentarmos.

Por fim, uma coisa é clara. O desenvolvimento da vida humana, do ser social, depende das nossas capacidades de fazer laços, das relações que tecemos, da socialização da nossa existência. E isso nada tem a ver com o desenvolvimento do capitalismo. O desenvolvimento capitalista é a extração da mais-valia para a obtenção de lucro, custe o que custar à vida humana. Se bloquearmos a produção de valor, o capitalismo desaba, mas isso não é tarefa fácil, porque ele vem nos dividindo há muito tempo. Eis o nosso desafio.

# *Balanço crítico das políticas do desenvolvimento na América Latina*

*Beverly Keene  
(economista/Rede Jubileu Sul)*

**P**ara começar, já que estamos falando dos marcos que impulsionam os tempos, antes de nos situar no dia seguinte à eleição de Donald Trump, prefiro lembrar que hoje faz 50 anos que John Lennon e Yoko Ono se conheceram. Uma dupla que, para muitos, marcou uma época com sua luta midiática pela paz mundial e seu questionamento acerca das regras estabelecidas no Pós II Guerra Mundial, que são, como hoje, as regras estabelecidas pelos vencedores. Quando cantavam sua balada “você sabe como é que as coisas são difíceis, e a que ponto podem chegar...”, quem sabe se imaginavam quanto as coisas ficariam mais difíceis ou se poderiam chegar a tal ponto. Mas é nesta reflexão que queremos entrar agora.

## **Os direitos e o desenvolvimento**

Parte das regras que se estabeleceram pós II Guerra Mundial – as regras do capitalismo vencedor – apresentavam a noção de expansão de direitos. Frente a tantas

barbáries cometidas pelos mesmos Estados e à ameaça de um comunismo que poderia recuperar força, foi proposto como necessário estabelecer regras, através das quais os povos poderiam, supostamente, estabelecer limites ao poder do Estado. Daí vem a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), como uma das conclusões desta guerra. Nesta declaração se proclama o direito de toda pessoa à segurança social e à satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis (art. 22), entre outros, e o direito a que reine uma ordem social e internacional capaz de tornar plenamente efetivos todos os direitos e as liberdades enunciadas na Declaração (art. 28).

Nos anos 1950 e 1960, com a incorporação de muitos países recentemente independentes, sobretudo na África, em muitas discussões das Nações Unidas avançava a noção dos direitos humanos junto a uma conceitualização ampliada da soberania de maior conteúdo econômico – e não apenas político – e enfocando, sobretudo, a soberania sobre os bens naturais.

Já em 1952, a Assembleia Geral solicitou à Comissão de Direitos Humanos recomendações sobre o respeito internacional para o direito de todos os povos à autodeterminação, o que levou à afirmação da soberania permanente de todos os povos e nações sobre as suas riquezas e recursos naturais e o direito de explorá-los livremente, como um constituinte de tal determinação (1958-1962). Então, também se propôs a necessidade de estabelecer a soberania sobre os fluxos de capitais.

Frente a esses avanços, entretanto, a revolução cubana e o acirramento da Guerra Fria rapidamente começaram a despertar atenção mais explícita à noção de “desenvolvimento”. De fato, foi o presidente estadunidense Harry Truman quem estabeleceu, já em 1949, a ideia de “sub-desenvolvimento”. E outro presidente estadunidense, John F. Kennedy, lançou a “Aliança para o Progresso” para a América Latina e, em seguida, propôs às Nações Unidas a primeira “Década para o Desenvolvimento”, aprovada no fim de 1961.

Nas discussões entre os Estados sobre “desenvolvimento”, começa a se dar muito mais importância aos fluxos financeiros e à aquisição de tecnologia, partindo da noção de que isso era o que faltava para dinamizar os processos de desenvolvimento.

Isso significa dizer que muitos dos debates que parecem atuais entre nós, ocorreram de distintas maneiras nos âmbitos oficiais das Nações Unidas pós II Guerra Mundial,

sobretudo nos anos 1960 e princípios dos anos 1970. À medida que se expandiam as lutas populares, com grande ascenso em escala global, acarretando em muitas das resoluções e textos aprovados pelas Nações Unidas, avançava também um discurso “desenvolvimentista”, com suas políticas e ordenamentos jurídicos consequentes. Buscava-se modificar a lógica emancipatória da afirmação dos direitos humanos e dos povos, do direito à soberania, à autodeterminação e ao controle sobre os bens comuns.

No seio das Nações Unidas, o enfrentamento culminou, em 1974, na declaração de uma “Nova Ordem Econômica Internacional” e na adoção da “Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados”, cuja aplicação não pôde prosperar. Não casualmente, esta situação se deu justamente quando se expandiam na América Latina os regimes de ditadura militar, com tudo o que isso significa.

Olhando da América Latina, vivíamos processos claramente contrários a essa posição de universalização dos nossos direitos como humanos – e como povos – que alguns seguiam impulsionando, mesmo que com mais dificuldades, nas Nações Unidas e nas ruas. Vivíamos a realidade do poder do capital respaldado plenamente pelo poder militar, pela imposição cultural e religiosa, etc. Não podemos esquecer que, naquela altura, John e Yoko também seguiam cantando e continuava latente a necessidade de romper com as regras impostas.

### **As dívidas do desenvolvimento capitalista**

Havia, já naquele momento, uma preocupação com o tema da dívida e do endividamento dos países periféricos, acarretado, por um lado, pelo debate oficial de desenvolvimento, questionando se haveria recursos financeiros necessários para garanti-lo e afirmando a prioridade de se conseguir financiamento externo por meio do crédito. Por outro lado, havia a preocupação de se seria possível pagar tal dívida. O que não aparecia como questionamento nos documentos e nas discussões oficiais era se a dívida deveria ser paga ou, ainda, a preocupação em identificar quem eram os interessados em seu pagamento.

Importante lembrar sempre que o ponto central de uma dívida é o direito que dá ao credor de cobrar juros no futuro. Não interessa que a dívida seja paga, mas que se possa cobrar juros. Quando um Estado tem uma dívida, essa é a garantia de que amanhã e depois

continuará pagando. E quem não pode pagar os juros pagará de outras formas, como, por exemplo, por meio de privatizações, desnacionalizações, desregulamentação, etc. É, portanto, uma garantia de manutenção do capitalismo.

Outra regra imposta pós II Guerra Mundial diz respeito ao funcionamento dos mercados internacionais de finanças. Sem os computadores, as contas de cartões de créditos, a balança comercial entre os países, e todas essas coisas que hoje nos soam como imprescindíveis, eram contabilizados movendo-se, todos os dias, as barras de ouro de um lugar a outro em um banco de reservas nos EUA, que guardavam a riqueza de todos os países.

Esse processo significa que foram feitas, pós II Guerra Mundial, regras segundo as quais os valores das moedas eram parcialmente fixos, alteravam-se com pouca frequência, em circunstâncias muito concretas e com a autorização de todo mundo. Eram as regras que foram estabelecidas numa cidadezinha dos Estados Unidos chamada Bretton Woods, junto com a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Em agosto de 1971, os EUA, sob o governo de Nixon, sentem a necessidade de alterar essas regras para garantir o desenvolvimento do seu capital, e abandonam unilateralmente os acordos chamados de “padrão-ouro”. Dessa forma, os EUA passam a criar de fato uma nova arquitetura financeira internacional baseada agora no dólar e na instabilidade monetária como eixos centrais.

Milton Friedman, assessor do ditador Pinochet nas imposições das políticas neoliberais no Chile e para toda a América Latina, já falava em 1971 – dois anos antes do golpe naquele país – dessa nova arquitetura financeira internacional e defendia a importância de criar um mercado futuro de câmbio:

“

*Aconteça o que acontecer, com a nova arquitetura financeira internacional, será necessário criar um mercado de futuros cambiários amplo, dinâmico e de grande adaptabilidade*

(FRIEDMAN, M. dezembro de 1971).

O mercado futuro de câmbio é um mercado virtual onde é possível comprar e vender (mover capital) a preços especulativos, aproveitando e aprofundando a instabilidade liberada com o fim das regras de Bretton Woods. Friedman defendia que quando o capitalismo chega a um nível de exploração que não é possível extrair mais valor sobre os trabalhadores e as mercadorias, precisa então criar mercados fictícios para seguir criando e acumulando riquezas. Trata-se de pura especulação financeira. O mundo todo passou a investir nesse tipo de mercado.

Desde então, este mercado internacional em valores fictícios – moedas a valores futuros – tem crescido significativamente e esta é uma parte muito importante para compreender a expansão do capitalismo nas últimas quatro décadas. Trata-se da financeirização da economia. Vejamos, por exemplo, que por volta de 1970, quase 100% do comércio internacional de divisas se relacionava diretamente com o comércio de bens e serviços. Por volta do ano 2000, essa porcentagem é de apenas 0,1%, ou seja, quase 100% desse comércio está relacionado com a especulação financeira. Essas ideias fizeram com que Friedman ganhasse o Prêmio Nobel de Economia, em 1976, enquanto que na América Latina as políticas de desenvolvimento neoliberal e endividamento se expandiam com força.

É necessário notar que Milton Friedman propõe ainda que a mesma lógica do mercado futuro de câmbio se aplique à mercantilização da natureza, processo que hoje conhecemos como Economia Verde. E suas ideias contribuíram também para a noção de Responsabilidade Social Corporativa (ou Empresarial). Friedman dizia que “a responsabilidade da empresa é fazer a maior quantidade de riqueza possível, sem pensar em mais nada”. A Responsabilidade Social Corporativa estabelece, assim, que as empresas não devem estar sujeitas a regras como direitos humanos ou aos interesses nacionais, que é preciso deixá-las extrair sozinhas a máxima quantidade de valor e que elas mesmas buscarão agregar uma face humana a isso. Desde então, os resultados desta noção são conhecidos por nós.

A partir dessa lógica, pela qual o “desenvolvimento” passa a ser equivalente ao crescimento econômico – e disso depende a injeção de capitais mediante o endividamento e a operação de empresas e comércio desregulados – a riqueza passou a ser cada vez mais concentrada em poucas mãos. Por volta de 1960, a relação entre os rendimentos dos 20%

mais enriquecidos da população e dos 20% mais empobrecidos era de 30 para um; por volta do ano 2000, essa relação tinha subido para 70 para um.

Dito de outra maneira, até o final da década de 1980, não mais que 20% da população controlava 80% da riqueza mundial. Por outro lado, nas camadas mais baixas, os 20% mais empobrecidos da população têm somente de 1 a 1,5% de toda a riqueza distribuída. Esta é uma forma clara de observar a má distribuição de renda. Dados recentes, do período 2000 a 2015, comprovam que somente 10% da população controla quase 90% da riqueza, e não mais do que 1% da população controla 50% das riquezas mundiais. Ou seja, metade da riqueza do globo precisa ser dividida para 99% da população. O continente latino-americano conhece bem esta realidade.

Outra face deste desenvolvimento capitalista é a concentração corporativa. Um estudo feito há alguns anos na Suíça chegou à conclusão de que, ao se olhar para todas as empresas mais importantes do mundo e observando como estas se relacionavam entre

## Ascenso, Auge y Crisis de la Financierización

### Productos Financieros Derivados Globales

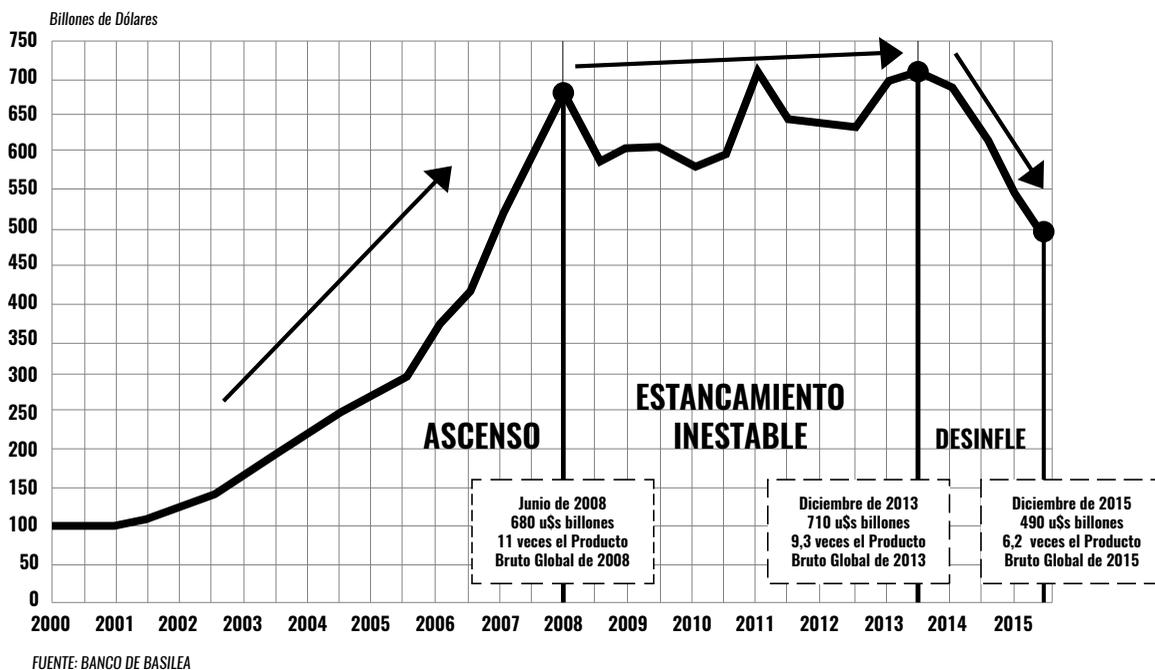


Gráfico 1: Ascenso, auge e crises da financierização<sup>1</sup>.

1. Jorge Beinstein, "Alertas rojas: señales de implosión en la economía global", julio 2016, <http://www.resumenlatinoamericano.org/2016/07/07/alertas-rojas-senales-de-implosion-en-la-economia-global-el-capitalismo-global-a-la-deriva/>

si, apenas 660 pessoas e 147 empresas controlam o sistema econômico mundial. A maior parte dessas empresas é financeira ou relacionada com a indústria extrativista (petróleo, minério, etc).

Ainda em relação a esse processo de concentração e exclusão, é importante notar o crescimento do setor financeiro. Em 1982, 5% dos ganhos globais saíam do setor financeiro. Poucos anos depois da grande crise de 2008, porém, estimava-se que entre 40 e 45% dos ganhos mundiais saíam desse setor, com crescimento significativo entre 2002 e 2008. A expansão desses processos de financeirização está diretamente ligada ao tema da dívida, tanto à pública (endividamento dos países), quanto às dívidas pessoais (endividamento de cartão de crédito, empréstimos, etc).

A partir da crise de 2008, o processo de financeirização entra também em crise. Alguns grandes capitalistas perderam muito dos lucros que haviam acumulado através da especulação financeira. Outros, no entanto, ganharam muito, fato que comprova que o processo de concentração continua, ainda que em volumes mais baixos, como mostra o gráfico 1.

O que estamos vivendo hoje, como parte dos desafios desse movimento, é que a contração deste globo de financeirização, da mesma forma como ocorreu em outro momento com o seu crescimento, deixa um lugar mais reduzido para o que podia ser a expansão das atividades econômicas ligadas ao bem-estar dos povos, sejam elas nossa saúde, nossa educação e o desenvolvimento humano. Ou seja, o desenvolvimento da vida não tem lugar na lógica de desenvolvimento das dívidas e da financeirização do globo.

## **A resistência ao pagamento da dívida**

Por fim, é importante ressaltar os processos de resistências dos povos durante toda essa história do desenvolvimento capitalista, lutando para transformação. As próprias resoluções da ONU nos anos de 1960 e 1970 eram produto de lutas por independência e libertação e pela chegada ao poder de novas camadas de líderes em alguns países. Elas eram também produto de esperanças e resistências e de muitas propostas distintas.

Nesse marco, e como reflexo de fortes lutas territoriais, em 4 de julho de 1976, reunidos

em Argel (Argélia), por iniciativa da Fundação Lélío Basso, dirigentes dos povos, juristas, economistas, políticos e dirigentes de movimentos de libertação nacional proclamaram a Declaração Universal de Direitos dos Povos, que também manifestava o direito dos povos para romper com o sistema capitalista.

Os movimentos alertavam naquele momento para a importância de reconhecer a ilegitimidade das dívidas, uma vez que estas não haviam sido acumuladas ou contraídas para o bem do povo. Proclamavam então o direito e a obrigação de não pagar essas dívidas ilegítimas, questionando acertadamente as regras centrais da ordem capitalista.

Em todos esses anos de crise econômica – a década perdida, como se chamou a década de 1980 e os anos de consolidação do neoliberalismo, na década de 1990 – quando nossas economias e democracias foram cedidas ao capital estrangeiro e ao desenvolvimento do capitalismo financeirizado, houve muitas formas de resistência ao pagamento da dívida. E muitas delas, sobretudo na América Latina, alertavam para sua ilegitimidade. Questionava-se, de modo reflexivo, por que pagar uma dívida que não servia para os benefícios dos povos.

Nesse sentido, no fim do século XX, surgiu o Movimento Jubileu Sul para que efetivamente fosse organizada a proposta de não pagamento da dívida. Com a máxima “Não pagamos, porque não devemos!”, e contando com a participação do Pacs e de outras organizações tanto latino-americanas, quanto africanas e asiáticas, reunindo gente de todo o mundo, o Jubileu Sul se colocou em luta contra o pagamento de uma dívida que só serve para o desenvolvimento do capital, que serve somente para seguir comprometendo a vida e o futuro de todos os nossos povos. Ainda hoje, não obstante, continuamos pagando esta dívida. Mas quem contraiu a dívida? Quem se beneficiou com este endividamento? A dívida, sem dúvidas, não é para o povo. A dívida é com o povo.

Assim, na perspectiva do Jubileu Sul, defendemos que somos povos credores. E para sair desse processo de endividamento imposto, não somente temos que reconhecer uma auditoria para as dívidas, temos que deixar de pagá-las e buscar quem são, efetivamente, os responsáveis por elas, que sejam sancionados pelos crimes consequentes desse processo. As dívidas, sociais, ecológicas ou financeiras, devem ser pagas aos povos e à natureza. Isso implica resgatar a soberania popular sobre nossas vidas, nossas finanças, nossos corpos, o desenvolvimento. Isso é justiça.

Sabemos que temos muito trabalho pela frente. Resgatar a soberania financeira, para poder nos desenvolver como povos, implica confrontar toda a arquitetura de impunidade que o capitalismo estruturou nos últimos anos. Nós continuamos tendo como ferramenta de luta, em certo sentido, a valorização dos nossos direitos humanos, nossos direitos como povos. Existem obrigações que os nossos Estados aceitaram, mas sabemos que diante disso o capital funciona impunemente e conta com o apoio desses mesmos Estados para seguir “desenvolvendo-se” a si mesmo, extraíndo nossas riquezas e explorando os nossos povos.

O Estado é a condição de existência do capital. O enfrentamento ao capital é o enfrentamento ao Estado, à forma de organização da produção e da reprodução da existência, e, portanto, à própria configuração da classe trabalhadora. O que se espera é que a humanidade seja mais do que mera classe trabalhadora. A humanidade foi reduzida a classe trabalhadora pelo capital. Enfrentar isso é nossa luta de fundo, porque o desenvolvimento capitalista, ao nos expropriar de tudo, nos converte em seres para o capital. No meio disso somos desiguados pelo mesmo capital que vai tentar costurar a nossa impotência a partir dessas desigualdades.

Agora estamos vivendo um momento de derrota. E quando estamos perdendo é preciso ter clareza de qual é o objetivo da nossa luta e não voltar atrás, não retroceder. Todas as formas de ajustes propostas pelo capitalismo buscam desarmar nossa capacidade de luta.

Nesse sentido, precisamos tomar muito cuidado com a Teoria Marxista da Dependência, porque a teoria tem que ser marxista e não da dependência. Nenhuma teoria marxista é a teoria do desenvolvimento nacional e da expansão do Estado nacional. A teoria marxista é a teoria da emancipação da humanidade sobre o capital. Não é uma teoria do nacionalismo desenvolvimentista de forma alguma.

É bom recordar sempre que a palavra dívida não existe na maior parte dos idiomas originários da América Latina, porque este conceito não se materializa sobre relações não capitalistas. Outra palavra que não existe na maior parte dos idiomas originários de nossa região é a palavra desenvolvimento. A palavra que mais se aproxima é a palavra equilíbrio – a convivência harmônica entre as pessoas, as sociedades e a natureza. Isso nos faz voltar à declaração das Nações Unidas sobre direito ao desenvolvimento e nos questionar: desenvolvimento para quem?

A conjuntura política atual tende a nos causar uma sensação de pessimismo, como se não houvesse mais o que fazer a não ser aceitar a derrota da classe trabalhadora e de toda a humanidade. Sabemos, porém, que a única luta que se perde é a que se abandona. É nisso que vai nossa esperança contra Milton Friedman, contra Donald Trump, contra Michel Temer, Mauricio Macri e tantos outros que trabalham para a promoção e o fortalecimento do capitalismo, seu próprio desenvolvimento. Devemos manter a esperança na vida, sabendo que esta vida não vem de cima, ela sempre vai vir de baixo. As sementes sempre crescem de baixo.

### **Disputa pela comunicação e o discurso do ‘desenvolvimento’**

Outro fator importante quando falamos de políticas de desenvolvimento ou da cultura de desenvolvimento é o elemento discursivo de criação de consenso.

A construção discursiva se pauta na realidade abjeta e não na realidade crítica da nossa vida. A construção de valores se faz a partir daí. Temos que tomar muito cuidado com a questão do discurso, porque nosso risco é eliminar a condição crítica. O capital vai sempre criar um estado de aparências, porque este é o terreno onde ele se move, tentando o tempo todo converter o que é luta contra ele em adaptações e ajustes, capazes de manipular os resultados das lutas em vantagens para ele mesmo. Por isso, precisamos ser radicais na crítica e não nos rendermos nunca.

O capitalismo tem sido muito bem-sucedido no uso de ferramentas para a criação de consenso, aprimorando-se cada vez mais nos discursos e nas formas de comunicação. O próprio termo desenvolvimento já é um exemplo disso e hoje em dia existem muitas tentativas de esvaziar de conteúdo os direitos humanos também. As metas de desenvolvimento do milênio, estabelecidas nos anos 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU), defendiam uma luta contra a pobreza, escondendo assim a luta contra a desigualdade. E agora, as metas de sustentabilidade do milênio na verdade buscam consolidar a economia verde, a responsabilidade social corporativa, etc., muito longe da

soberania, da autodeterminação, dos direitos dos povos. A comunicação é, nesse sentido, uma ferramenta estratégica do capitalismo para a construção de consensos. Diante disso, nosso desafio é a disputa pela comunicação.

É importante compreender o papel dos meios de comunicação privados na consolidação do Estado de exceção que vivemos hoje. É preciso pensar nos meios discursivos, entrelaçados ao debate de economia política, visto que os meios de comunicação não são só meios discursivos, são capital. Tratam-se de oligopólios tanto na região latino-americana, como em todo o mundo; grandes corporações transnacionais que atuam na vedação de direitos, dentre eles um direito fundamental que é o direito à comunicação e que, ao mesmo tempo, na condição de empresas atuam buscando lucros.. Que nos próximos 30 anos o País possa se aprofundar no debate da comunicação.

### **Pensar 30 anos**

Pensar num período de 30 anos é pensar num ciclo. Na Educação Popular trabalhamos com a construção da espiral, em relações cíclicas, e parece que o capitalismo aprendeu com a gente. Ele se renova, se ressignifica. Temos por muitas vezes comprado os pacotes do capitalismo, como única possibilidade possível de existência. Não podemos perder nossa capacidade de indignação. Esse é um dos desafios: seguir em luta mesmo nos períodos em que parece já estarmos vencidos.

A luta pela superação desse modelo de desenvolvimento capitalista deve se dar a partir da base, pelos grupos que estão tentando fazer as discussões de uma perspectiva feminista, indígena, autonomista, etc. Uma das maiores conquistas do imperialismo foi fazer com que a gente perdesse nossa capacidade de nos identificar como “povo”, e de construir relações de solidariedade a partir daí. O Brasil é mais que Brasil; é parte da América Latina. Quando entendemos isso, fica fácil ver que os processos políticos e de resistências na região estão interconectados e que tudo que vivemos hoje é um reflexo de mais de 500 anos de colonização sobre os nossos territórios.

Para superar o modelo de desenvolvimento capitalista, alguns desafios são importantes:

- 1) O debate, pois esta é a única forma de entender coletivamente os conflitos e de encontrar formas de superá-los;
- 2) A desconstrução do patriarcado e do mito da superioridade do humano sobre o resto da natureza, pois mesmo dentro da esquerda tem sido cada vez mais difícil avançar na luta pela emancipação das mulheres e pelo respeito dos direitos da Pachamama.
- 3) A luta constante pela vida não é algo distante, isso passa por defender todos os dias o Ser e perceber-nos numa nova forma de existência.
- 4) Compreender que não há só uma verdade ou uma teoria: existem distintas formas de organização e distintos povos que lutam de forma plural pelo mesmo objetivo. Nesse sentido, incorpora-se ao debate a necessidade de vivermos e agirmos como seres coletivos. E isso o Pacs tem feito bem há 30 anos.

Vamos seguir lutando, contra o golpe no Brasil, contra os governos conservadores na Argentina, nos EUA e em todas as partes do mundo. Não podemos perder a esperança. Esperança esta que diz respeito ao compromisso diário de desenvolver a soberania dos povos. Nosso desafio é desenvolver alternativas e mantê-las vivas enquanto vamos criando as condições para tornar possível a vida.

## > *Reflexões Coletivas* <

- Um fator importante quando falamos de políticas de desenvolvimento ou da cultura de desenvolvimento são os elementos discursivos e de criação de consenso. O capitalismo tem sido muito bem-sucedido no uso de ferramentas para a criação de consenso, aprimorando-se cada vez mais nos discursos e nas formas de comunicação. O próprio termo desenvolvimento já é um exemplo disso, o discurso dos direitos humanos também e, mais recentemente, as metas de desenvolvimento do milênio estabelecidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – luta contra a pobreza nos anos 2000, escondendo assim a luta contra a desigualdade. Agora são as metas de sustentabilidade do milênio – economia verde, responsabilidade social e corporativa, etc. A comunicação é uma ferramenta estratégica do capitalismo para a construção de consensos. Diante disso, nosso desafio é a disputa pela comunicação;
- No chamado terceiro mundo (países da periferia), durante o período da Guerra Fria (1945-1991), o desenvolvimento foi o impulsor das lutas, sempre com um aspecto muito forte, atrelado ao nacionalismo. Foi assim também nos processos de descolonização da África, Ásia e América Latina, no qual o Estado-Nação era o indutor do desenvolvimento (capitalista). Por outro lado, nos países centrais, este desenvolvimento de cunho nacionalista se dá de forma extremamente perigosa, pois não aparece como emancipatório e libertador como visto pelos países subdesenvolvidos. A eleição de Donald Trump, por exemplo, representa a retomada do desenvolvimento nacional americano, que se coloca contra a produção chinesa, contra a imigração, etc. Precisamos compreender a relação Estado/capital no processo de desenvolvimento;



**Quais as novas  
abordagens  
para o tema do  
desenvolvimento?  
É possível?**

# *¿Qué nuevos enfoques para el tema del desarrollo?*

*Ana Agostino  
(defensora del vecino de Montevideo/ Uruguay)*

Desde dónde comparto estas reflexiones:

a. Libro “El Diccionario del Desarrollo. Una guía del conocimiento como poder” (Sachs, Wolfgang, editor: 1992) – Post Desarrollo

b.1992: pueblos indígenas con voz como sujetos históricos

c.1994: Movimiento Zapatista

d.Estudios en Alemania (visita de Gustavo Esteva, viaje a Sudáfrica, motivación para escribir mi doctorado sobre post desarrollo, entrevista a Wolfgang Sachs en el Foro Social Mundial como parte de mi investigación) / El FSM : Otro

mundo es posible (2001) e. Feminismo transnacional (la década de los 90 vio una importante participación del movimiento de mujeres y feministas a nivel de espacios internacionales, desde Rio 92, Beijing 95, y todo el ciclo de conferencias de Naciones Unidas articulando una mirada desde la perspectiva de los derechos y la igualdad.

El feminismo transnacional es más que el encuentro y articulación de las luchas de las mujeres en todo el mundo; tiene que ver con un cuestionamiento fundamental de las epistemologías eurocéntricas y sus supuestos asociados acerca de clase, género, raza y otras dimensiones de la lucha de las mujeres.

## 2. Qué plantea el post desarrollo

El desarrollo como occidentalización del mundo

- Crea el subdesarrollo
- Niega la diversidad – UN SOLO MUNDO – EL PENSAMIENTO UNICO
- Legítima la intervención
- No se concibe sin el crecimiento económico – el crecimiento económico ES el desarrollo
- Varias crisis resultado de este modelo: inequidades culturales, sociales, económicas, ambientales

Crea el subdesarrollo

“

*Debemos embarcarnos en un nuevo programa para hacerle llegar los beneficios de nuestros avances científicos y nuestro progreso industrial a las zonas subdesarrolladas para su mejora y crecimiento. Más de la mitad de la población del mundo vive en condiciones que se asemejan a la miseria. Su comida es inadecuada. Son víctimas de la enfermedad. Su vida económica es primitiva y atrasada. Su pobreza es un obstáculo y una amenaza tanto para ellos como para las zonas más prósperas. Debemos... ayudarlos a realizar sus aspiraciones para una vida mejor... Nuestro objetivo debe ser ayudar a las personas libres del mundo, a través de su propio esfuerzo, a producir más comida, más ropa, más materiales para vivienda, y más poder mecánico para aliviar sus cargas.*

Discurso del presidente de Estados Unidos, Harry Truman (1942):

Enemigo interior” – hemos incorporado “ser subdesarrollados”

El desarrollo puede ser percibido como la continuación del proceso de colonización europea. El Desarrollo es llamado para finalizar su “misión civilizadora”. Si al comienzo de la conquista de los territorios y poblaciones fue la característica definitoria, luego se trasladó a lo que Ashis Nandy llama la segunda forma de colonización, “la que por lo menos seis generaciones del tercer mundo han aprendido a ver como un requisito previo para su liberación. Este colonialismo coloniza mentes además de organismos y libera fuerzas dentro de las sociedades colonizadas para alterar sus prioridades culturales una vez por todas. En el proceso, ayuda a generalizar el concepto del Occidente moderno no solo como una entidad geográfica y temporal sino como una categoría psicológica. Occidente está ahora en todas partes, dentro de Occidente y el exterior; en las estructuras y en la mente”. Esta forma de colonización tiene que ver con la difusión de una visión particular del mundo “que cree en la superioridad absoluta de lo humano sobre lo no humano y lo subhumano, lo masculino sobre lo femenino, el adulto sobre el niño, lo histórico sobre lo ahistórica y lo moderna sobre lo tradicional o “salvaje “. A partir de esta creencia deriva una misión, para lo cual el desarrollo es una herramienta privilegiada, de la conversión de los que están en el extremo inferior – es decir, subdesarrollados- en réplicas de los que están en el extremo superior

### **Niega la diversidad**

La idea de la diversidad no podría no ser valorada dentro del discurso del desarrollo porque cuestiona la noción fundamental de etapas superiores a alcanzar, de un tipo desarrollado de sociedad que constituye el modelo ofrecido a los subdesarrollados para seguir. Cuando los colonizadores europeos se encontraron con los habitantes del llamado Nuevo Mundo, la evidencia que encontraron fue la de la diversidad de la humanidad. Pero lo que surgió luego - en el siglo 15 - y en cierta medida continuó en la base de la literatura y la investigación científica hasta avanzado el siglo 20 fue la distinción entre lo civilizado y lo bárbaro, entre cristianos e infieles. El reto de la “civilizada europea” era eliminar la

diversidad convertir el “bárbaro” en la única forma posible de existencia aceptado por el anterior: un europeo civilizado. Con el paso del tiempo este desafío fue instituido en la idea de progreso entendido como “un irreversible movimiento desde una interminable diversidad de particularidades, que desperdician energías humanas y recursos económicos, a un mundo unificado y simplificado en el acuerdo más racional.” Teodor Shanin (“The idea of progress”) plantea que la palabra progreso cambió con la moda a modernización, desarrollo o crecimiento, pero la idea central se mantuvo: la diversidad fue producida por diferentes momentos del desarrollo de diferentes sociedades. A medida que aquellos que se considera ocupan los niveles más bajos se muevan hacia el ejemplo propuesto por aquellos que ya han alcanzado los mayores logros del progreso hasta la fecha, la diversidad desaparecerá.

### **Legítima la intervención**

El desarrollo fue presentado como “salvador”, necesario, es una empresa en favor de la humanidad. El discurso del desarrollo es normativo respecto al modelo de vida a seguir y legitima la intervención de actores externos. Gilbert Rist dice que uno de los resultados del discurso de Truman es precisamente esta legitimación, pues ninguna persona sensible al sufrimiento de otros podría cuestionar la necesidad del Desarrollo. Se abrió un debate sobre posibles formas de implementación “pero el carácter transitivo del Desarrollo, esto es la intervención que representaba en los asuntos internos de una nación, no sería cuestionada”.

Según Arturo Escobar opera a través de dos mecanismos principales: i) la profesionalización de los “problemas” asociados al desarrollo que requieren intervención para superar el “subdesarrollo”; ii) la institucionalización del desarrollo (instituciones, programas, discursos, fondos, etc.).

*Las siguientes citas ilustran esta legitimación:*

“Hay un sentido en el que el progreso económico acelerado es imposible sin ajustes dolorosos. Las filosofías ancestrales deben ser erradicadas; las viejas instituciones sociales tienen que desintegrarse; los lazos de casta, credo y raza deben romperse; y grandes masas de

personas incapaces de seguir el ritmo del progreso deberán ver frustradas sus expectativas de una vida cómoda. Muy pocas comunidades están dispuestas a pagar el precio del progreso económico” (United Nations, 1951: I). Citado por Arturo Escobar en “La invención del Tercer Mundo”, p. 20.

“No hay duda de que sin la afrenta a la dignidad humana y nacional causada por la intromisión de los poderes más avanzados, la tasa de modernización de las sociedades tradicionales hubiera sido mucho más lenta “. Y “Las colonias fueron establecidas a menudo inicialmente.... para organizar una sociedad tradicional incapaz de auto-organización (o sin la voluntad de organizarse) para las actividades de importación y exportación modernas”. Tomado por Gilbert Rist de Walt W. Rostow, “The Stages of Economic Growth. A Non-Communist Manifesto”. 1960

Abel Alier, Presidente Regional del Sur de Sudán, durante una discusión sobre un controvertido canal, también en los 60: “Si tenemos que conducir a nuestro pueblo al paraíso con palos, lo haremos por su bien y el bien de los que vienen después de nosotros”.

Ulrich Menzel, profesor en las Universidades de Duisberg y Frankfurt am Mainz en Alemania, escribió en 1991 que las políticas de ayuda al desarrollo han fracasado debido a la incapacidad de los que reciben la ayuda para transferirlo a los sectores de la sociedad que realmente lo necesitan. Se refirió a la corrupción de las élites del Tercer Mundo y la incapacidad de la población para organizar y buscar soluciones. Menzel presentó una alternativa para la discusión: hacer una lista de países que pueden clasificarse como “regiones en crisis”, debido a los conflictos armados, la pobreza extrema, las necesidades médicas, las amenazas ambientales. Los criterios, según Menzel, deberían ser establecidos por los países del Norte. Estos no sólo pueden, sino que deben intervenir en esas regiones, no sólo para proporcionar apoyo técnico y material, sino también la logística, el personal encargado de la distribución, el control, y si lo consideran necesario, también la intervención militar es legítima si garantiza la buena ejecución del proceso de ayuda. Menzel se refirió a su propuesta como “Treuhandschaft”, el modelo alemán ejecutado por los alemanes del oeste de privatización de las empresas públicas de la antigua Alemania Oriental para introducirlos a la economía de mercado después de la Unidad Alemana en 1990.

## **No se concibe sin el crecimiento económico – el crecimiento económico ES el desarrollo**

La propuesta original, y que se mantiene a lo largo de las concepciones que han ido surgiendo en todas las décadas del desarrollo, es “más comida, más ropa, más materiales”, más producción. La respuesta a las múltiples y diversas dificultades de sociedades heterogéneas es siempre económica, orientada a crear dependencia de bienes factibles de ser obtenidos exclusivamente en el mercado. El discurso del desarrollo ha convertido, según Gustavo Esteva, al hombre y a la mujer común en homo economicus, viviendo bajo la ilusión de que es posible sustituir actividades significativas que otorgan satisfacción por bienes y servicios estandarizados. Según Arturo Escobar la visión económica ha sido sin duda la que mayor influencia negativa ha tenido en el pensamiento del desarrollo dándole una visión economicista no sólo al desarrollo sino a la propia vida.

La cultura occidental está efectivamente asociada a la idea del consumo y del crecimiento económico, no solo como condición para satisfacer necesidades sino, como argumenta Harald Welzer, como parte de su infraestructura mental que impacta sobre las biografías y la propia noción del ser. Los procesos de producción no están asociados a la satisfacción de necesidades sino al consumo por el consumo mismo, con independencia de la utilidad o la satisfacción que aquello que se consume pueda otorgar. Esto lleva, según Welzer, a que las dimensiones de sentido e identidad de las sociedades capitalistas de estilo occidental estén estrechamente ligadas al funcionamiento de los mercados. También Zygmunt Bauman ha llamado la atención respecto a cómo el consumo es el factor determinante en la constitución de la identidad y ha analizado los impactos que esto tiene en términos de relacionamiento con otros, con el entorno, con la propia vida.

### **Desarrollo “alternativo”**

- Esfuerzos por introducir nuevas dimensiones para “poner a los seres humanos y la preocupación ambiental en el centro del desarrollo”

- Esfuerzos desde fuera del “aparato del desarrollo” (Self-reliance de Nyerere, Desarrollo a escala humana – Manfred Max Neef y otros)
- Desarrollo humano – poner al ser humano en el centro (dónde estuvo antes??)
- Desarrollo sustentable (sin embargo, no se ve a la sustentabilidad como la necesaria articulación, en un mismo nivel de centralidad, de lo social, lo económico y lo ambiental).

Informe del Club de Roma, 1972 (ya planteaba la necesidad de un decrecimiento de las economías industrializadas, un estado de “equilibrio global” incluyendo normas para la estabilidad económica y ecológica que implicaba un estado de no-crecimiento) .

Nuestro Futuro Común (1987) que utiliza por primera vez en documentos de Naciones Unidas la definición de “desarrollo sustentable”. A pesar de los reconocimientos a los impactos negativos, sigue convocando al crecimiento económico.

ODS (por primera vez dirigidos al conjunto de la humanidad) y sin embargo, el crecimiento económico sigue estando en el centro.

DESARROLLO	DESARROLLO (S) ALTERNATIVOS (S)	NO DESARROLLO
<p><i>Idea lineal, en etapas, hacia modelo predefinido (idea de progreso)</i></p> <p><i>Eje: Crecimiento económico</i></p> <p><i>Presupone (crea) la existencia del subdesarrollo</i></p> <p><i>Medición: PBI</i></p> <p><i>Apropiación de la naturaleza</i></p> <p><i>Énfasis en ciencia y tecnología</i></p>	<p><i>Idem</i></p> <p><i>Eje: crecimiento económico con una perspectiva de sustentabilidad (preocupación por impacto medioambiental del crecimiento)</i></p> <p><i>Contempla variables culturales, ambientales, etc.</i></p> <p><i>PBI + (por ej. Salud y educación que se agrega al IDH)</i></p>	<p><i>No es lineal sino relacional</i></p> <p><i>Se orienta al bienestar (no al bien tener)</i></p> <p><i>No hay sociedades más o menos desarrolladas, sino diversas</i></p> <p><i>Derechos DE la naturaleza</i></p> <p><i>Suficiencia</i></p> <p><i>Modos de ser y de hacer distintos de las bases epistemológicas de la modernidad - Pluriverso</i></p>

### 3. Pensar el mundo de otro modo

- Pluriverso – un mundo en donde quepan muchos mundos
- Descolonización (de la imaginación)
- Desafíos en la esfera de la representación (Estrategia epistémica y cultural pero con impacto sobre lo material, de ampliar espacios para pensar la realidad de otro modo)

Pensar por fuera (del discurso, del lenguaje) del desarrollo – proceso de “descolonización” (más allá de la descolonización política y económica). La “colonización” y su continuidad a través de la reproducción de los modos de vida dominantes – obstáculos para imaginar el futuro (y responder de manera novedosa a los problemas que la lógica occidental y capitalista ha generado).

Preguntado Esteva sobre ¿después del desarrollo, qué?, planteó: Estar atentos y la hospitalidad.

Esto tiene que ver con: **“Develar” otras maneras de hacer las cosas** (creadas activamente como no existentes, y sin embargo portadoras de posibilidades)

## Hospitalidad

El concepto de hospitalidad (“liberal y amistosa recepción de invitados y extraños”) toma distancia del carácter intervencionista del desarrollo, con un “mandato” que permite cambiar las vidas de los “subdesarrollados” de acuerdo con los valores y normas de la sociedad Occidental. La creencia en el discurso del Desarrollo es que muy poco necesita ser cambiado en las sociedades desarrolladas. La hospitalidad, por el contrario, no puede dejar a ninguno de los protagonistas sin afectar. Ser hospitalario para el y la otra, quien es diferente, desconocido, debe, necesariamente, cambiar también al anfitrión, a quien recibe.

Aquí es relevante compartir lo que plantea Jacques Derrida sobre la hospitalidad (“amabilidad y atención con que una persona recibe y acoge a los visitantes o extranjeros en su casa o en su tierra”). En su análisis del concepto Derrida dice incluso que quizás no podamos hablar de hospitalidad si a quien recibimos nos entiende, habla nuestra lengua, comparte con nosotros todo aquello asociado a tener un mismo lenguaje. Afirma por lo tanto que la hospitalidad absoluta requiere que abra mi casa no solo a aquel o a aquella de

quien sé su nombre y condición social, sino y sobre todo al absoluto desconocido, al otro anónimo, que lo deje entrar y le ofrezca un lugar sin pedir ni reciprocidad y ni siquiera su nombre. Así planteada la hospitalidad es una forma de encuentro que necesariamente va a transformar tanto a quien recibe como a quien llega, sin entenderse, sin que entenderse sea necesario para darle lugar, es decir para reconocerle y abrirse a su particular modo de ser en el mundo .

## **Ética del cuidado**

Este abrirse a “otras formas de ser y de hacer en el mundo”, esta dimensión de la aceptación de la diferencia, de la priorización de lo comunitario, se relaciona a su vez con el cuidado como función intrínseca de “lo social”, que ha sido asociado históricamente a lo femenino y que muchas veces constituye una sobre carga vinculada a mandatos de género, desvalorizado e invisibilizado en su aporte y relevancia. Es importante una nueva mirada desde una ética del cuidado que abra la posibilidad de la esperanza de un mundo mejor, y que ese mundo aloje la dimensión comunitaria como central. La ética del cuidado tiene que ver con una concepción planteada por el filósofo Heidegger, del cuidado como un fenómeno ontológico que nos hace ser quienes somos, que está en la base de cualquier interpretación sobre qué significa ser seres humanos. El cuidado es la preocupación y la conciencia atenta sobre otros/as y sobre nosotros/as mismo/as. Es un concepto basado en la reciprocidad que permite nuestra realización a partir de nuestra mutua interacción y atención. En esta perspectiva, el cuidado se constituye en una de las formas posibles de liberarnos de la dependencia del mercado y encontrar en la reciprocidad los goces y disfrutes de una vida más plena. Pero el cuidado además nos vincula no solo entre seres humanos sino también a nivel comunitario y con la naturaleza, aportando a su vez hacia modos de vida más sustentables.

## **Sustentabilidad – de la Vida, no del Desarrollo**

### **“Revolución de lo Suficiente” / Decrecimiento**

Durante la 30ª sesión de los órganos subsidiarios de la CMNUCC que tuviera lugar en Bonn del 2009 en preparación hacia Copenhague, el gobierno de Finlandia presentó un

libro llamado “Repensando el Desarrollo en un mundo limitado de carbono”. Uno de los colaboradores, el investigador de la Universidad de Zurich Axel Michaelowa, planteó la interrogante si es posible alcanzar un alto nivel de desarrollo humano con bajas emisiones de gases de efecto invernadero. Su conclusión fue que hasta un nivel medio es posible lograrlo con bajas emisiones per cápita. Pero apenas aparece una clase media urbanizada, con un estilo de vida de alto consumo y de movilidad basado en el auto, las emisiones se disparan. Por lo tanto terminó su intervención afirmando que aun cuando esa opción rara vez se menciona, no será posible imaginar un futuro en el que se revierta el cambio climático sin plantear como estrategia fundamental la reducción del consumo.

La pregunta sobre cuánto es suficiente es por lo tanto fundamental, y ha estado sistemáticamente ausente del discurso del desarrollo.

El desafío es cómo ir más allá de la esfera económica que ha bloqueado la imaginación de alternativas, además de tener un impacto negativo en el entorno natural (cambio climático, afectación de suelos y aguas, etc.). Sachs sugiere que este necesario pasaje tiene dos ejes centrales: ecológico y comunitario, lo que implica pasar de buscar soluciones en economías basadas en recursos fósiles a economías amigables al ambiente, pero también pasar de la búsqueda de la satisfacción basada en el mercado y el dinero a formas de mutua dependencia, reconociendo las dimensiones de lo comunitario, lo espiritual, lo cultural .

Ideas de Karl Polanyi sobre la economía: falacia económica que iguala la economía general humana a lo largo de la historia con una economía organizada alrededor del mercado. Polanyi distingue entre “economía sustantiva” (los seres humanos requieren un entorno físico que los sustente, son dependientes de la naturaleza y de otros seres humanos para lograr su sustento) y “economía formal” (depende de la relación entre medios y fines a partir de una lógica de escasez)

Hablar de la ampliación de la economía sustantiva o de otras formas alternativas no es solo un llamado a la imaginación sino más bien a investigar la existencia de prácticas sustentables, culturalmente relevantes, y a generar las condiciones para que se desarrollen y reproduzcan. Algunas de estas pueden ser prácticas ancestrales “creadas activamente como no existentes”, es decir como alternativas no válidas frente a los modelos dominantes , o experiencias colectivas surgidas en respuesta a crisis o coyunturas desfavorables que tienden a ser vistas como respuestas de emergencia pero sin validez en el largo plazo.

## Bienestar – “buen vivir”

Buen Vivir, no solo a partir de cosmovisiones indígenas (Bolivia, Ecuador) sino como concepto que abarca visiones, experiencias, modos de ser y de hacer distintos de las bases epistemológicas de la modernidad.

El Buen Vivir No es modelo, son recorridos de un amplio universo de cosmovisiones, que integran a la naturaleza y a la cultura en articulación.

a) Buen Vivir, concepto surgido a partir de cosmovisiones indígenas y actualmente incorporado en las Constituciones de Ecuador y de Bolivia. En un texto de Xavier Albó que analiza Suma Qamaña (Buen vivir en aimara) desde el punto etimológico, plantea que Qamaña es ‘habitar, vivir [en determinado lugar o medio], morar, radicar’ y qamasiña, ‘vivir con alguien’. Qamaña es también el nombre que se da al lugar abrigado y protegido de los vientos, construido con un semicírculo de piedras, para que, desde allí los pastores, mientras descansan, cuiden a sus rebaños. Es decir, qamaña, desde sus diversos ángulos, es vivir, morar, descansar, cobijarse y cuidar a otros. En su segundo uso, insinúa también la convivencia con la naturaleza, con la Madre Tierra Pacha Mama, aunque sin explicitarlo. Vivir entonces refiere a este conjunto de relaciones sociales con un ambiente de acogida. Por eso se habla además de “cuidar” y “criar” la vida, como algo que hacemos junto/as.

b) Experiencias solidarias y comunitarias en el “Sur Global”, con varios ejemplos en países europeos como Alemania, España, Italia: cocinas populares, tiendas sin costo, bienes de uso compartido (desde electrodomésticos hasta autos), producción local y comunitaria, entre otras. Lo significativo de estas prácticas por parte de personas y colectivos para los cuales la posibilidad de resolver situaciones a nivel individual y a través del mercado no es una dificultad, es que dan cuenta de cambios en el imaginario respecto a qué significa “vivir bien” y en la constitución de auto-sentido que pasa a estar asociado al cuidado, a la reciprocidad, a la dependencia mutua entre ciudadano/as.

c) Experiencias locales y regionales que suelen ser vistas como transitorias o como estrategias de sobrevivencia y sobre las que no se reconoce su potencial para constituirse en prácticas comunitarias de largo aliento con impacto sobre la sociedad en su conjunto: asociaciones y redes de trueque, bancos Comunitarios como el Banco Palmas de Brasil

ideado, creado y administrado por una asociación de vecinos/as, huertas comunitarias, redes de agroecología familiar, entre otras.

4. Cómo se relaciona lo planteado con la política pública. Acciones de la Defensoría del Vecino de Montevideo - DVM (“espacio de hospitalidad”) - Desde el punto de vista de ciudad democrática y sustentable

- Hemos hecho recomendaciones sobre saneamiento alternativo

- Coordinamos un espacio interinstitucional que promueve la recuperación de fincas abandonadas con perspectiva de inclusión y de sustentabilidad, frente a la tendencia a la “extensión” de la ciudad.

- Trabajamos junto con el gobierno departamental en la reconversión de basurales endémicos en espacios públicos recuperados por la ciudadanía a través del arte – combinado con un trabajo que venimos haciendo, de más largo plazo, orientado hacia la clasificación en origen, compostaje, reducción de la generación de residuos, incidencia en la nueva ley de residuos, etc.

- Generamos, junto con la propia Intendencia y redes de agroecología, un espacio de Montevideo saludable (concebido como lugar donde se accede a producción orgánica pero también como espacio de intercambio sobre otros modos de vida).

- Integramos un espacio que va a comenzar a funcionar de priorización del transporte público con perspectiva de género y generaciones.

- Hemos participado y generado debates en torno a la protección del espacio público como escenario privilegiado de democracia.

- Proponemos, a través de informes anuales, articulaciones y presentaciones, que se incorpore la dimensión de la sustentabilidad en el análisis de todas las políticas departamentales, de los permisos municipales, de los servicios. Esto implica considerar las externalidades de actividades económicas o de proyectos de infraestructura que impactan sobre la naturaleza, sobre las condiciones de vida de la ciudadanía y de generaciones futuras.

# *Desenvolvimento como evolução consciente*

*Marcos Arruda  
(educador popular/Instituto Pacs)*

“Desenvolvimento sempre implica olhar para outros mundos em termos do que lhes falta, e obstrui a riqueza das alternativas autóctones”... “... empurrar para o lado o entulho [do “desenvolvimento”] para explorar um novo caminho” (W. Sachs, 1992)<sup>2</sup>.

**A** invenção de Harry Truman em 1949 deu certo... para a império estadunidense... e fracassou para o resto do mundo. A “declaração do desenvolvimento” que Truman fez naquele momento marcou a grande virada na relação do Norte com o Sul do planeta – da era colonial, - em que a dominação militar dos países europeus sobre aqueles que serviam de fontes de matérias-primas e demanda potencial, - para a era imperial, - em que os conceitos de democracia e desenvolvimento davam a aparente promessa de autonomia, mas traziam embutido o modelo tecno-econômico e político do capitalismo estadunidense, oferecido como espelho para o resto do mundo.

---

2. Wolfgang Sachs, 1992, “Development: a Guide to the Ruins”, The New Internationalist, London, June.

## Desenvolvimento Capitalista como falácia

Nos 67 anos que se seguiram, o mundo tem posto em prática um modelo de desenvolvimento cujas premissas são falsas, e cujos resultados se resumem em desigualdades sociais, de renda e de riqueza como nunca antes, além da destruição dos modos de vida de povos multimilenares, em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”.

A América Latina e o Caribe têm sido alvos privilegiados das conspirações, dos golpes exógenos e das invasões militares do império dos EUA para garantir que democracia e desenvolvimento continuassem significando aquilo que interessa a esse império. Sachs (1992) mostra como estes dois termos, etimologicamente ricos e virtuosos, foram convertidos em biombos ilusórios que, em nome de um futuro bem-estar generalizado, escondem e “naturalizam” práticas de exploração, subordinação, engano e desilusão. Também alimentam e aprofundam a clivagem entre classes sociais, promovendo o paradigma da separatividade, da competição e da exclusão.

O Brasil é um exemplo gritante do fato de que ao hemisfério altamente industrializado não interessa que nosso país se industrialize, nem empreenda um caminho próprio de desenvolvimento. O Brasil, desde o início da colonização, é um “pobre país rico”.

Este fracasso do capitalismo em gerar bem-estar e abundância para todas e todos, nas sociedades onde ele prevalece, e de promover o direito dos povos a um caminho próprio de desenvolvimento, não uniforme, nem homogêneo, nem assimétrico está ligado ao esvaziamento do sentido etimológico dos termos democracia e desenvolvimento. Quanto à democracia no capitalismo, não existe um conceito integrado de povo (demos), dado que a maioria das sociedades é constituída por aquelas e aqueles que vivem do seu trabalho, e não das rendas do capital - as carências da maioria resulta dos excessos da minoria; e o poder político e econômico não é detido pelo povo trabalhador, mas sim pelas elites econômicas que controlam os meios de produzir e reproduzir as riquezas materiais. Quanto ao desenvolvimento capitalista, ele exclui da condição de sujeitos as trabalhadoras e trabalhadores; não reconhece o direito dos povos à soberania sobre seus territórios e sobre o seu próprio desenvolvimento; e é mimético na esfera ideológica, pois se espelha no que os Estados Unidos pretendem que seja seu alto ‘desenvolvimento’, reduzido a crescimento

econômico e alta intensidade de consumo de energia, de bens e serviços, e de bens da natureza. Há ampla evidência de que os países “emergentes” e os “submersos” jamais poderão chegar àquele nível de consumo e de produção. Portanto, o conceito de desenvolvimento difundido por Harry Truman e globalizado junto com o capital, sua cultura e sua ideologia, é uma falácia.

Existe hoje um intenso debate envolvendo ambos os conceitos. Curiosamente, os que defendem o abandono do conceito de desenvolvimento no campo sociológico não questionam o conceito de democracia, nem vinculam sua crítica aos dois conceitos como são definidos e praticados no sistema de mercado globalizado. Sou daqueles que defende o uso de ambos os conceitos, situando-os em outro contexto epistemológico e histórico – o de socioeconomias organizadas em torno do bom viver e da felicidade de cada um e de todas as pessoas e povos que compõem cada sociedade. Esta concepção não discute democracia e desenvolvimento no abstrato, mas sim contextualizados e historicamente situados. A crítica radical não se detém no mapa, mas se estende ao terreno e aos atores que nele vivem e atuam.

A Democracia precisa ganhar seu justo conteúdo: o poder de decidir sobre os caminhos do desenvolvimento dos seus potenciais individuais e coletivos deve pertencer a todos os portadores desses potenciais, e não só aos que detêm o capital. O Desenvolvimento deixa de restringir-se à ‘esfera econômica’ e passa a ser concebido com referência aos potenciais humanos a serem sempre mais plenamente realizados; a atividade econômica passa a ser meio, em vez de fim, e deve adequar-se às realidades do território, dos ecossistemas e do bioma que o constituem.

O Desenvolvimento, concebido não mais como resultado automático do crescimento econômico e do avanço técnico, mas sim como evolução consciente é uma abordagem que nos ajuda a ver para além da economia capitalista, a qual reduz o desenvolvimento à sua dimensão meramente econômica. Pensar no desenvolvimento como evolução consciente é pensar a partir de outra epistemologia.

O desenvolvimento do capitalismo hierarquiza, coloniza, mercantiliza, globaliza, uniformiza, reduz e aliena. Este desenvolvimento é pernicioso, sobretudo, porque internaliza o sentimento de superioridade de uns sobre a inferioridade da grande maioria. No campo

energético, o desenvolvimento capitalista aumenta exponencialmente a entropia, tendendo a levar o planeta aos extremos que podem resultar na extinção da própria espécie humana. É um modo de desenvolvimento desastroso para nós humanos e para a vida no Planeta.

O desenvolvimento como evolução consciente segue outra lógica. Na etapa de desenvolvimento da vida, quando se chega à vida humana, a evolução cede o protagonismo de seus mecanismos internos para uma espécie diversa que tem em cada célula deste grande organismo (humanidade) um núcleo próprio que é ao mesmo tempo individual, único, social, coletivo, e natural, condicionado pelos potenciais e limites da natureza da vida na Terra. Esta combinação, que Marx chama de indivíduo social, é a chave para entendermos quem somos.

A vida em processo evolutivo, permitindo à humanidade ter o comando sobre sua própria evolução, é o que vários cientistas têm chamado de *autopoiese*, *antropopoiese* e *cosmopoiese*<sup>3</sup>, que nos permite transformar o mundo da natureza em mundo da cultura, dando um sentido e um significado humano ao que antes tinha um sentido espontâneo apenas.

A ecologia profunda e outras abordagens, nesta perspectiva, se juntam ao conhecimento dos povos tradicionais para repensar o desenvolvimento, que pode ser resumido pela carta do chefe Seattle ao então Presidente Franklin Pierce, em (1854):

“

*De uma coisa sabemos. A Terra não pertence ao homem: é o homem que pertence à Terra. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo que agride a Terra, agride os filhos da Terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará* (SEATTLE, 1854).

Esta concepção integral, holística e, ao mesmo tempo, dialética supera a visão unidimensional simplista que domina a cultura ocidental e eleva o debate à esfera da transdisciplinaridade. É preciso quebrar as barreiras das disciplinas que fragmentam e compartimentam não só as nossas ideias/mentes, mas nossos comportamentos, fazendo com que os indivíduos percam a noção da totalidade humana e da vida.

---

3. Autopoiese = auto construção; Antropopoiese = construção da Espécie humana; Cosmopoiese = construção da vida no Cosmos.

Trazer de volta ao centro o ser humano é recriar a visão integral de quem somos, colocando o ser/sendo humano no seu contexto natural e a pessoa no seu contexto social e histórico. Daí a importância de repensar a civilização, para recriar uma nova forma de civilização que possua sentido, valores e concepções de mundo, que nos aproxime verdadeiramente da realidade em contínuo movimento evolutivo<sup>4</sup>. O desenvolvimento no capitalismo nos aliena e não nos permite compreender a realidade.

Nas ciências naturais, desenvolvimento significa tirar do envelope, tirar da casca, do casulo aquilo que está dentro. Mas, que é que está dentro do casulo que precisa ser desembrulhado? Para as ciências sociais, é quem nós somos em potencial - tanto os potenciais herdados quanto aqueles desenvolvidos na interação com o mundo. Este conjunto de potenciais guardados é como uma semente de jequitibá, que parece pequena e frágil, mas que, nas condições de desenvolvimento propícias, se torna uma gigantesca árvore.

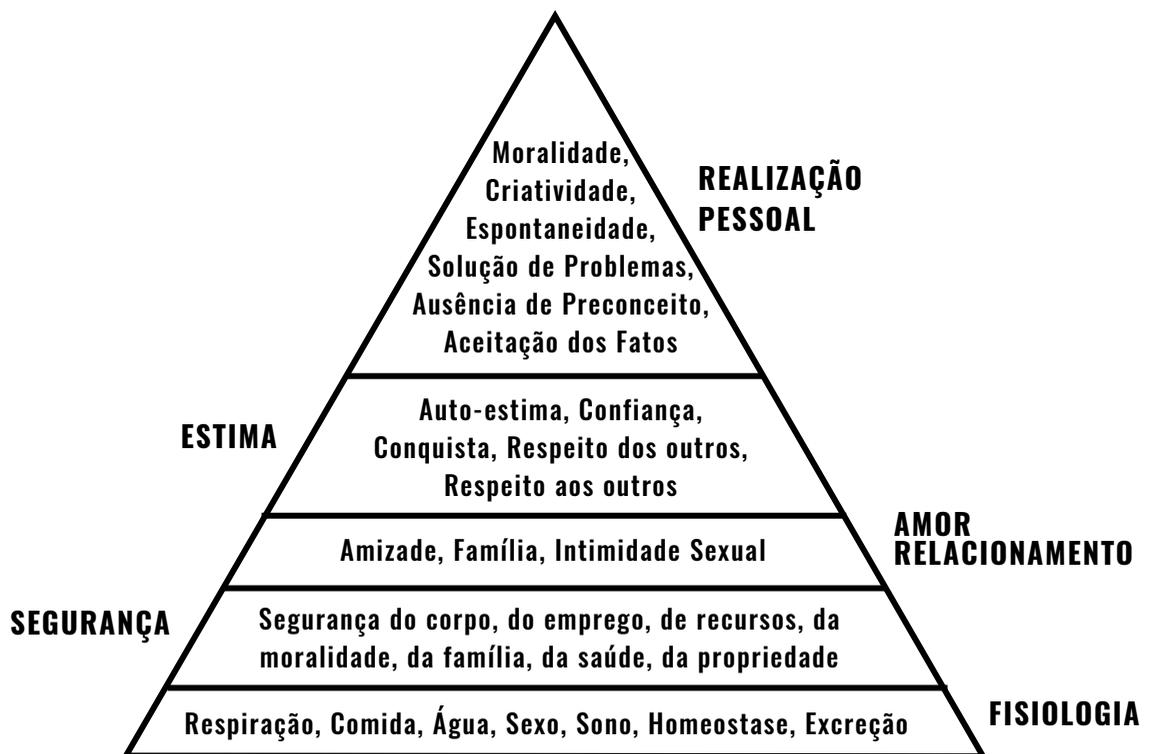


Figura 1: Pirâmide de Maslow

4. Ver Luis Razeto M., 2016, "La crisis de la civilización moderna y la creación de una nueva civilización", monografía, Santiago, Chile.

5. Noologia = estudo dos seres possuidores do "NOUS", palavra grega que designa a capacidade de pensar conscientemente, consciência de si como ser pessoal e relacional em evolução. "Nous" é a dimensão que permite ao ser humano antever, planejar, transformar visão em realidade, atuar sobre o mundo natural, humanizando-o e transcendendo-o.

No caso da Biologia, os potenciais são inerentes aos genes, às células e órgãos. No caso da Noologia<sup>5</sup>, que é o caso humano, aos potenciais materiais e imateriais que constituem cada pessoa nos contextos que a tornam real porque relacional (noologia). Assim, pensar em desenvolvimento é dar ao organismo, à pessoa e à coletividade a condição de se desenvolver. Esta visão complexa pode ser compreendida com o auxílio da Pirâmide de Maslow, que é uma das leituras mais interessantes sobre o tema [ver figura 1].

O mito do desenvolvimento capitalista divide as sociedades em desenvolvidas e subdesenvolvidas, exclusivamente pelos potenciais econômicos expressos no PIB – Produto Interno Bruto - os quais classificam os grupos como desenvolvidos, em desenvolvimento (emergentes e imersos) ou em países de renda alta, média e baixa. Não se inclui nesta nomenclatura, e nem nesse indicador, o modo como a renda e as condições de vida e de desenvolvimento humano e social são distribuídas, nem o grau de bom viver e felicidade alcançado pelas pessoas e pelo conjunto da sociedade.

O desenvolvimento capitalista se apoia em um sistema jurídico que regula as relações socioeconômicas e políticas na sociedade. A propriedade privada dos meios de produzir e reproduzir a vida, por exemplo, aparece como premissa inquestionável, que justifica a concentração da riqueza material e dos ganhos da produtividade. Este é um conceito-chave para entender o desenvolvimento no capitalismo. Todo incremento da produtividade do trabalho humano é parcial ou totalmente apropriado pelo dono do capital. Isto amplia os ganhos do capital, enquanto mantém os trabalhadores manuais e intelectuais em condição subalterna e dependente. Sem a justa distribuição dos ganhos da produtividade, as desigualdades em todas as esferas congelam ou se aprofundam. No diagnóstico do sistema capitalista, podemos dizer que só existe pobreza porque existe riqueza concentrada e não distribuída.

Outro elemento é o grande capital privado, na forma de corporações transnacionais, como protagonista da atividade econômica e política. As corporações criam cadeias produtivas gigantescas, numa relação de dominação sobre as forças do trabalho e de monopólio sobre os mercados. Seu poder é tamanho que ele subordina a si a própria estrutura política do

---

5. Noologia = estudo dos seres possuidores do “NOUS”, palavra grega que designa a capacidade de pensar conscientemente, consciência de si como ser pessoal e relacional em evolução. “Nous” é a dimensão que permite ao ser humano antever, planejar, transformar visão em realidade, atuar sobre o mundo natural, humanizando-o e transcendendo-o.

país (os três poderes do Estado) e as agências de governança econômica global (a ONU e as agências a ela ligadas – o FMI – Fundo Monetário Internacional, BIRD - Banco Mundial e a OMC – Organização Mundial do Comércio). Portanto, este modo de desenvolvimento tem evoluído de maior para cada vez menor grau de liberdade dos atores econômicos, com exceção do grande capital. Isto restringe o “desenvolvimento” a estes atores que dele se beneficiam diretamente, até mesmo pela via da ilegalidade, adotando práticas corruptas para ampliar seus ganhos e diminuir sua vulnerabilidade à ação fiscal dos Estados.

A lógica da grande escala torna os grandes grupos corporativos invulneráveis ao risco de falência. Estes grupos são tão grandes e poderosos que o próprio Estado intervém para impedir que estes tenham prejuízos ou vão à falência. Foi por esta lógica, que na crise da especulação imobiliária, em 2007-09, os Governos decidiram ‘salvar da falência’, usando fundos públicos<sup>6</sup>, os mega bancos e empresas de investimentos e de seguros, justificando a ação como forma de evitar um desastre social, visto que a falência destes grupos causaria um elevado índice de desemprego.

O desenvolvimento capitalista, turbinado pela lógica de um crescimento sem fim, justifica a destruição da Floresta Amazônica<sup>7</sup> por meio de desmatamento, influencia os acordos sobre o clima, permite a aceleração das emissões pelos EUA e pela China (respaldados pela COP 21), financia subsídios a indústrias extrativas vegetais e minerais, sobretudo as de petróleo e gás<sup>8</sup>, e da agropecuária. Tudo isso tem levado à destruição parcial ou total das condições de vida nas regiões onde este modo de desenvolvimento opera.

## **Aspectos de outro Desenvolvimento, centrado na Evolução Consciente da Vida**

A economia solidária promove outro modo de desenvolvimento, baseado na lógica da partilha, da valorização da diversidade e da complementaridade do que é diverso, da colaboração e da reciprocidade voluntária. Sua ética pode ser resumida em: “de cada um

---

6. Segundo a Revista Forbes de 14.7.2015, o total transferido aos bancos e empresas de seguros pelo Tesouro dos EUA, a fim de “compensar perdas” e evitar falências foram US\$ 16,8 trilhões! Este foi o valor do PIB dos EUA em 2013. Vários documentários contam como o Congresso não aprovou o pacote, mas uma manobra, liderada por um senador democrata com o presidente do Tesouro, contornou a decisão do Congresso e liberou os fundos públicos para os atores privados. Merece citação Charles Ferguson, “Inside Job”, e Michael Moor “Capitalism: a Love Story”.

7. De acordo com os dados apresentados por Arruda (2016) o índice de desmatamento da Amazônia tem sido cada vez mais acelerado, passando de 4,1 milhões de km<sup>2</sup> em 1970 para 3,3 milhões de Km<sup>2</sup> em 2014, ou seja, uma destruição que alcança 20% da área total da floresta. A escala do desmatamento brasileiro o coloca em 5o lugar entre os maiores poluidores do mundo.

8. Segundo o FMI, o total de subsídios à cadeia produtiva dos combustíveis fósseis no mundo em 2015 alcançou US\$ 5.3 trilhões.

segundo suas capacidades e a cada um segundo suas necessidades”. O objetivo é gerar bens materiais suficientes para satisfazer essas necessidades e aspirações, e promover a abundância dos bens imateriais, como a valorização da vida comunitária, a estética, a cultura, a arte, a comunicação, o afeto, o lazer. O crescimento material precisa ser planejado, pois depende das necessidades dos que consomem os produtos, da disponibilidade dos recursos naturais e dos limites do ecossistema. O crescimento dos bens imateriais, por sua vez, pode expandir-se ilimitadamente.

Tecnologias que economizam tempo de trabalho e energia humana geram ganhos de produtividade. A concentração dos ganhos da produtividade no capitalismo é responsável pela crescente disparidade entre a remuneração dos trabalhadores e o crescimento da produtividade. A produtividade consiste no aumento da quantidade e/ou qualidade dos produtos sem aumento do tempo de trabalho humano. Em geral a produtividade aumenta pela introdução de métodos ou máquinas na produção de bens e serviços. Isso significa uma economia de energia e de tempo importantíssima para ampliar o bem viver humano. No capitalismo, porém, tende a significar a demissão de trabalhadores que o novo método ou o novo bem de capital substituiu. Os ganhos da produtividade obtidos vão para os donos do capital. A tecnologia pode ser criada e usada para o bem ou o mal, para a libertação ou a opressão, para a vida ou a morte. Tudo depende de quem e para quem a utiliza, e de quem se apropria destes ganhos. Se são os donos do capital, a renda se concentra mais e os que criaram diretamente aqueles ganhos perdem em vez de ganhar.

A democratização dos ganhos da produtividade permite que todos os responsáveis por esses ganhos se beneficiem dos seus frutos na proporção da sua contribuição. A condição é que se democratize também a posse e a gestão dos bens e recursos produtivos. E que podem os trabalhadores que geraram esses ganhos fazer com eles? Aumentar sua remuneração ou converte-la em menos tempo de trabalho necessário sem perda de remuneração em moeda. A redução do tempo de trabalho necessário para o sobrevivência própria e da família representa um passo de emancipação do trabalho dessas pessoas e, portanto, um avanço no seu desenvolvimento.

Uma consequência negativa do avanço técnico é reforçar a ilusão de que a tecnologia resolve qualquer problema (ilusão tecnocrática, tão bem criticada pelo Papa Francisco na sua encíclica de 2016, *Laudato Si, Nossa Casa Comum*). Outra é dar a impressão de que o

crescimento econômico ilimitado é possível, sem se levar em conta os limites físicos do planeta.

Para superar o capitalismo é preciso desacelerar a atividade econômica onde existe abundância de bens materiais, e distribuir o excedente gerado pelo trabalho social por toda a sociedade, na forma de programas de renda mínima e de uma política tributária progressiva, entre outros. Romper a cultura do consumismo e do produtivismo; buscar modos de vida frugais; “ruralizar” as cidades introduzindo nelas parques, bosques, hortas comunitárias e domésticas, frescor e beleza; reduzir a dependência da tecnologia; desenvolver nossos atributos psíquicos superiores. Isso não significa negar tudo que conquistamos na caminhada humana, mas sim reestruturar e ressignificar tudo isso. E, neste caso, a ciência e a tecnologia terão um papel muito importante de melhorar as condições de vida, mudar nossos hábitos energéticos, libertar o tempo disponível para o desenvolvimento das nossas potencialidades humanas superiores e, ao mesmo tempo, quebrar a lógica suicida do crescimento ilimitado do consumo e da produção de coisas.

Para uma economia emancipada precisamos democratizar os ganhos da produtividade e promover a autogestão que leva a uma escolha entre o ganho monetário e menos tempo de trabalho necessário, liberando o tempo disponível para o desenvolvimento das qualidades humanas que nos distinguem das outras espécies. Neste último caso, o tempo ganha um valor inestimável. O desenvolvimento é, nesta perspectiva, uma condição para que cada cidadã e cidadão, e toda a sociedade façamos evoluir nossos potenciais o mais plenamente possível.

O desenvolvimento democrático integral é baseado na construção de uma subjetividade emancipada, na valorização do tempo livre, na educação para a liberdade, na (r)evolução pessoal, interpessoal e social, e na prática de novos valores, como por exemplo, autogestão, autonomia, solidariedade, autoestima, humildade e gratuidade. Este é o caminho que leva da economia solidária ao que chamo de economia do amor.

Só quando nos colocamos fora do campo do capitalismo e atendemos ao anseio por liberdade, justiça, emancipação, solidariedade e amor recíproco, só então conseguimos desenvolver plenamente a vida no campo não material. Ser no lugar do ter, reconhecendo que nós temos um poder infinito de ser cada vez mais, e de ir sempre mais além. É aqui que entra o conceito da hospitalidade solidária, que significa o acolhimento do outro enquanto autêntico outro e não como projeção de si mesmo. Isso é amor e ele é a única saída.

O amor é o verdadeiro caminho para o futuro da humanidade.

## > *Reflexões Coletivas* <

### **Desenvolvimento para quem? A realidade do rio Madeira...**

Depoimento de Jairo (ribeirinho - Rio Madeira/AC)

Em Porto Velho, na altura do rio Madeira, foi construído o complexo hidrelétrico Santo Antônio do Jirau, que desconfigurou a característica extrativista e ribeirinha das comunidades que ali vivem, além de causar impactos ambientais e sociais em toda a região. A agricultura de várzea e a produção de farinha, carro-chefe da agricultura local, praticamente não existem mais. Somos um claro exemplo de que qualquer forma de desenvolvimento sem uma análise sobre os impactos para o povo traz prejuízos incalculáveis para o território. Desenvolvimento para quem? Para o povo sabemos que não é. A ONG Arirambas (que recebeu o nome de um pássaro popular da região), por exemplo, cumpre assim um papel importante, pois tem como principal objetivo reanimar as comunidades a resgatar seus valores enquanto seres pertencentes a terra, reconhecendo suas culturas e os costumes que foram sendo perdidos com a implantação das usinas e dos complexos hidrelétricos. É importante observar que todas estas usinas fazem propagandas de serem sustentáveis. Para contrapor o modelo de sustentabilidade capitalista, a ONG Arirambas começou a trabalhar com a reutilização dos resíduos florestais, até então consideradas lixo. Como resultados, são produzidos biojóias, que contribuem sobretudo para a economia local e para a (re) articulação entre as pessoas. Contudo, apesar de todos os esforços das ONGs e Movimentos Sociais que atuam na região, a Amazônia continua sendo palco de novos projetos e o avanço da devastação amazônica segue em velocidade acelerada. Nosso desafio é lutar contra este modelo de desenvolvimento, não há outra maneira.

- O discurso do desenvolvimento que surge principalmente nos EUA e na Europa vai ganhando força e se legitimando como discurso hegemônico. Temos como desafio importante, trabalhar e criar alternativas para superar este discurso e transformar a realidade que vivemos. Temos o desafio de alinhar a teoria com as nossas práticas diárias, nosso trabalho diário. E, isso o Pacs tem feito nos últimos 30 anos. Trabalhar a questão da distribuição de recursos, implica em reconhecer a luta de classes. No trabalho diário vemos como está internacionalizado na gente o discurso hegemônico. Como superar isso? Como trabalhar a autonomia do sujeito? Como colocar efetivamente este modelo de desenvolvimento emancipador em prática? Avançar nestas questões é o nosso desafio;

- Precisamos encontrar os pontos de conexão entre os diversos trabalhos que fazemos. É necessário aprofundar também sobre a sabedoria ancestral e cultural, temos muita necessidade de pesquisar isso, pois a partir daí veremos que é possível ter esperanças e acreditar que as coisas vão mudar. Esta violência que sofremos vem desde a colonização e os que vieram antes de nós não desistiram. E, nós também não desistiremos. É complexo entender como vamos nos recompor internamente, vendo tantos companheiros tombar e seguir acreditando que a luta segue. Precisamos resgatar esses códigos que temos ancestralmente de que a felicidade é construída sobre a igualdade. Esta temporalidade infinita está no presente, no passado e no futuro, então, parte da missão que temos é o resgate da cumplicidade e do respeito a vida, isto é o que nos conecta;
- O conceito de desenvolvimento é carregado de sentido. Dentre nossos desafios está a necessidade de disputar tal conceito, colocando-o em uma outra abordagem de sentido integral. Mas, cabe-nos o questionamento, é possível disputar esse conceito?
- Os espaços de cosmovisão são espaços que realmente constroem um processo de mudança relacionando as dimensões da vida à dimensão também espiritual. A transformação de estrutura, de base é antes de tudo um trabalho espiritual, é preciso um processo coletivo de (des) internalização dos conflitos, mas é antes necessário que o indivíduo esteja disposto a se colocar nisso tudo. Se não conseguirmos avançar nesta perspectiva de olhar para os sujeitos enquanto seres espirituais, as transformações sociais serão sempre limitadas. Este é um processo muito desafiador. Nós, enquanto esquerda, enquanto indivíduos dispostos a transformação, ainda estamos numa etapa anterior. Não podemos diminuir a importância do indivíduo (enquanto eu espiritual) na transformação da realidade. Como avançar nisso, sem perder o rumo socialista? Essa é a questão;
- Pensar o conceito de desenvolvimento nem sempre é negar o outro, seus saberes e sua possibilidade de vida. Mas, fundamentalmente, é negar a relação entre desenvolvido e não desenvolvido. A violência deste relacionamento é invisibilizada, como se não existisse. Esta relação violenta tem um impacto muito grande na possibilidade de que o outro – não desenvolvido – faz da sua vida o que quiser. Não existe um vazio entre desenvolvido e não desenvolvido – diante disto precisamos ter claro como enfrentamos esta realidade? Como seguir neste contexto de grande violência?

- É preciso pensar também na relação de endividamento e dos processos dos bancos de desenvolvimento. É importante pensar o Banco Mundial, como o banco das ideias, que segue impondo um único modo de pensar para todo o mundo. A parte financeira do Banco é o menos importante. No Haiti, por exemplo, o Banco Mundial está assessorando gratuitamente o Governo para as reformas nas leis de extração de minérios. É uma grande adaptação das leis dos países às necessidades do capital, com implicações muito grandes sobre o desenvolvimento dos povos, impossibilitando-os de desenvolverem-se como quiserem;
- Precisamos desconstruir a ideia de que o diferente é um obstáculo. Nós somos um obstáculo. O diferente não cabe neste sistema, que não suporta as mulheres, os pobres e nem a diversidade dos povos. Para o sistema capitalista tudo que não produz lucro é descartável. Como desconstruir este imaginário que foi construído de que se não servimos ao capital somos descartáveis?
- A lucidez que rege a consciência é a abundância de espírito, de luz. Para resgatar a lucidez é preciso voltar para casa, para dentro das carnes, é ali que mora o espírito, a essência. Essa é a forma de desconstruir esse processo que gera desumanização e de resgate da felicidade. Nossa única missão é essa: ser plenamente feliz! Construir a ilusão do poder, da ambição e da ganância, não nos preencherá jamais. Somos espíritos da vida, tudo que pensamos e fazemos, materializamos. Então, é necessário o resgate do humano. Todo ser humano é mago, um milagre da natureza. O resgate do humano - (re) humanização, implica em voltar a ser inteiramente natureza;
- Vivemos num período de interseção entre ciclos históricos. Pensando desde o Brasil, vivemos um governo com características de governo popular, mas que implementou um choque de capital nacional, baseado no consumo e no endividamento do Estado. Nossa grande questão sobre o modelo de desenvolvimento tem a ver com quais alternativas estamos construindo? Como construir um novo ciclo que coloque as alternativas da esquerda como possibilidades concretas? Como, partindo desses elementos de acúmulo históricos que temos, conseguimos criar alternativas para uma nova forma de poder emancipador?



## Contribuições Finais

- Uma coisa é o desenvolvimento capitalista e a outra coisa é o desenvolvimento emancipador, o problema é que a língua constrói verdade. Por isso é importante sair do discurso. O discurso condiciona o desenvolvimento à lógica de desenvolvimento capitalista. Uma coisa muito importante é que temos um desafio na esfera da palavra, um desafio epistemológico;
- Nossas sociedades são todas muito ricas, não necessitamos possuir mais nada, mas se constroem no imaginário social o sentimento de que não temos, e isso está relacionado ao fator econômico, porque o que está fora do mercado não contribui com o crescimento, com o PIB. Temos o desafio de promover as ideias de bens de uso compartilhado – não é preciso que uma pessoa tenha tudo, as coisas podem ser divididas. Outro desafio é superar a ideia de bens de consumo;
- O mais importante é sair da lógica da produção, do crescimento, para resolver problemas. Na Defensoría de Vecinos, no Uruguai, por exemplo, foi feita uma recomendação ao governo de Montevideo para que fizesse saneamento alternativo nos bairros, que além de mais econômicos, promovem a participação das pessoas e, soluciona a necessidade comunitária fora da lógica do crescimento;

- Precisamos pensar fora da lógica do crescimento. Para isso é preciso definir o que consideramos viver bem. O bem-viver significa Suma-Qamaña, para os povos aymara, na Bolívia. Qamaña é morar, viver, habitar, é o nome que se dá ao local abrigado e protegido dos ventos, construídos com um semicírculo de pedras para que os pastores possam cuidar do rebanho, enquanto descansam. Qamaña é também o cuidado com os outros e a relação com a natureza (Pacha Mama). Bem-viver é cuidar da vida. Como construímos o imaginário de vida sem pensar na necessidade do crescimento econômico e na distribuição? O desafio tem a ver com criar alternativas e com validar outras formas de fazer e ver as coisas;

- A empresa ainda é a unidade de produção e reprodução da vida no capitalismo. Então, o individualismo (o eu) é estendido ao universo coletivo através da empresa – eu coletivo (pessoa jurídica). É a empresa que exige todos os direitos e subsídios para se reproduzir. Isso gera a desigualdade entre quem tem e quem não tem a empresa, os que possuem e os que não possuem capital;

- Outra forma de pensar a produção e reprodução da vida é a comunidade humana onde a gente vive e trabalha. Ao longo da história da humanidade isso já existiu várias vezes. Precisamos nos ver em comunidade, como uma célula que se interliga, formando os sistemas, que conjugado ao saber tradicional nos permite pensar a sociedade organizada de outra maneira;

- Quanto mais a comunidade estiver organizada na base da sociedade e imersa por valores-chaves como, por exemplo, poder e empoderamento para se autogerir, autonomia para definir as necessidades de cada território e planejamento dos recursos, mais fácil será a sua capacidade de resiliência diante do impasse e das contradições do capitalismo. Junto a autogestão tem um respeito a autonomia da comunidade e aos recursos, bem como a solidariedade entre as comunidades;

- Um desafio colocado é a transformação de cada um de nós – sem transformação pessoal não há transformação social. Essa transformação social se vê por três vias que se complementam: 1. Superar o imaginário de que não valemos nada porque não temos – recuperar a autoestima, entendendo que somos um valor sagrado, uma manifestação da vida e assim sendo, temos o direito de ser sujeitos da nossa própria história e nosso próprio desenvolvimento; 2. Amor-próprio - Sem amor próprio, não é possível amar o próximo; 3. Sabedoria refinada – a lei misteriosa da vida: é dando que se recebe, é dando (sem esperar retorno) que se recebe. É preciso construir relações do dia-a-dia, baseadas na solidariedade, na gentileza e na gratuidade;

- Quando as necessidades materiais já não forem mais problemas, vamos desenvolver nossas capacidades humanas. Nosso desafio é criar alternativas para construir uma mudança de paradigmas, na qual o crescimento seja baseado não em índices econômicos, mas em índices de felicidade - Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB), como base para o planejamento governamental. Sobre isso, Teilhard de Chardin nos propõe a pensar em tendências evolutivas na qual a humanidade se desenvolve numa combinação entre espiritualização, socialização e personalização. Soma-se ainda a ideia da “amorização” – cuidado com o outro, formando riquezas maiores e cada vez mais abundantes. Essa é a grande emancipação.



**Que alternativas?  
Para que sociedade?**

# *A auto-organização das mulheres*

*Miriam Nobre  
(marcha mundial das mulheres/SOF)*

O feminismo evidencia que as contradições entre capital e trabalho se ampliam para uma contradição entre o capital e a própria vida. O capitalismo tem um processo de cooptação e de acumulação tão forte que às vezes parece que o máximo que conseguimos estabelecer são algumas formas autônomas e temporárias livres da sua ação. Os espaços autônomos e coletivos têm uma potência muito grande. Nosso desafio é acumular forças e ir criando caminhos autônomos que não são temporários, mas que ainda estão restritos a poucos lugares.

Quatro coisas são importantes para pensarmos em termos de alternativas para livrarmo-nos do controle do mercado: o nosso tempo, o nosso espaço, as nossas tecnologias e conhecimentos e os nossos corpos.

**1.** **Tempo:** O sistema capitalista passa sempre por um processo de aceleração. Com todas as normas de imposição do trabalho, não temos tempo. Para nós mulheres, isso é ainda mais forte, pois fomos socialmente educadas para viver em função do tempo do outro – servir a comida na hora certa, o horário da escola, etc. Ou seja, o tempo do capital foi para além do horário de bater o ponto e nos faz estar conectadas o tempo todo.

“A vitória da revolução é quando uma mulher consegue tirar sua soneca da tarde”, isso é uma conquista enorme, pois simboliza a capacidade e a autonomia de organizarmos o nosso tempo da forma que quisermos. Não se trata de uma autonomia e de uma vontade totalmente individuais, isso é também um compromisso com o cuidado coletivo, uma vez que o tempo das mulheres é ajustado para que o capitalismo funcione. É preciso buscar o equilíbrio para aproveitamento do nosso tempo e para a construção de uma sociedade mais justa.

**2.** **Espaço:** Para o sistema capitalista, a economia das mulheres se constrói no espaço da casa, nos espaços restritos e “sem valor”. A economia feminista vai na contramão dessa lógica, rompendo com tais ideias e, com isso, criando ações que refletem nas políticas públicas de fomento e também na expansão da necessidade das mulheres de desenvolver alternativas e criar espaços maiores. Em termos de alternativas, precisamos pensar no espaço como uma disputa por território.

**3.** **Corpo:** O corpo também é um território. É da alienação do corpo e da subordinação do corpo feminino ao desejo masculino que nasce a opressão. Esse é um dos caminhos pelos quais o capitalismo e o patriarcado se renovam, impondo um discurso liberal e se apropriando do feminismo (My body is my business!). Não vivemos um corpo isolado da sociedade – nosso corpo é parte de uma sociedade capitalista, patriarcal, racista, heteronormativa, etc. que vai definindo como devemos viver. Temos alguns códigos para convivência na sociedade. Quebrar a alienação sobre nosso corpo é uma tarefa importante, e isso passa pela ideia de apropriação.

**4.** **Tecnologias e conhecimentos:** as tecnologias que existem hoje foram construídas com o objetivo de aumentar os lucros. A indústria farmacêutica viola o território-corpo da mulher (adição de hormônios, cirurgias, etc.). Precisamos valorizar as alternativas que garantem a autonomia do território. Autonomia em relação aos mercados e autonomia da mulher no decorrer de todo o processo produtivo. Por fim, este debate evidencia a questão do conhecimento e a necessidade de liberdade para a organização do pensamento. Nosso desafio é sistematizar as práticas. É o caso então de aceitar que em alguns processos só teremos fragmentos e isso não é ruim. Não devemos ter pressa para elaboração de uma nova síntese: devemos ir por um caminho de aproximações sucessivas fazendo emergir os vários fragmentos, como numa agrofloresta. Nossa tarefa política é fazer agrofloresta, plantar ao mesmo tempo o que podemos colher em três meses e árvores que demoram anos para crescer. É isso que vai garantir que a gente continue existindo.

# *A ousadia de pensar e fazer acontecer e a economia do cuidado*

*Shirlei A. A. Silva*  
*(feminista, negra, militante da economia do cuidado)*

Escuta, acolhe, cuidar do outro faz bem.  
Cuidar do outro é cuidar de mim.  
Cuidar de mim é cuidar do mundo.  
(Ray Lima)

**S**omos filhas e filhos do amor profundo. Nós, seres humanos, existimos porque cooperamos, assim como todos os seres vivos deste planeta, que vivem em constante cooperação amorosa. No nosso corpo, cada célula, cada órgão se mantem saudável e em funcionamento pleno, porque coopera com o sistema, se não cooperar vira doença, vira câncer e coloca todo o sistema em risco. Se não lembrarmos conscientemente quem somos, acabamos acreditando que somos seres fundamentalmente ruins e perversos, este é um risco que pode nos fazer crer ser real e irmos pouco a pouco perdendo o significado das palavras essenciais e o sentido da vida.

Neste sentido, vamos à palavra “Economia”: é o cuidado com a casa primeira! A gestão de todos os recursos para que se tenha partilha equitativa e acesso ao fundamental para a vida. Nem precisava de adjetivos – solidária, de comunhão, etc. Se lembrarmos quem somos verdadeiramente, recordamos que a economia é por essência solidária e não a poupança da escassez, onde o coração não pulsa, onde as pessoas estão sozinhas, lutando

para sobreviver, no estilo, farinha pouca, meu pirão primeiro.

Nossa memória do humano, do húmus (da terra adubada, como minhoca – que ajuda a terra (também um ser vivo) a respirar), está sendo acordada, estamos reinventando as moradas com as Ecovilas, a agricultura com a agroecologia feminista, com as CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) e mais um monte de iniciativas que cada dia são abraçadas e partilhadas em uma dimensão exponencial de cuidado com a vida e com a nossa Pachamama. E isso assusta a parcela, pequena da humanidade, que promove e se sustenta com a opressão e o terror. As ameaças do sistema capitalista nos acuam e nos deixam com medo de sermos plenos e plenas. Precisamos recordar que a economia só será solidária se ela for feminista e socialista. É urgente, imperioso, que no âmbito da economia do cuidado, o trabalho reprodutivo seja visto como fundamental à manutenção da vida e abraçado e assumido pela família e pelos equipamentos do estado – e que cada vez mais as mulheres sejam valoradas, tratadas e vistas como seres ativos e não seres de menor valor, ou como coisas e/ou mercadorias. Essa é uma via de mão única, sob o risco da economia solidária virar outra coisa e servir para aumentar a opressão e fortalecer o capitalismo e o machismo que é uma das suas expressões.

Para tal, precisamos sair da nossa zona de conforto. Nessa construção será fundamental que a gente se pergunte onde estamos e como nos relacionamos. O que utilizamos, promove a economia solidária?

A economia solidária tem que acontecer antes de tudo no coração, de dentro pra fora. É uma opção radical de mudança. Sem isso, não adianta a luta “estratosférica”, porque ela não resultará em absolutamente nada. A economia solidária é uma alternativa possível e que está nas nossas mãos. Economia solidária é, sobretudo, o enfrentamento ao capitalismo. Enfrentar e superar e não alimentar e fortalecer o que nos oprime, o capeta-lismo. Mas como fazer isso? Precisamos reduzir e ressignificar nossa prática de consumo e, para tal, é preciso ter coragem, uma vez que isso implica mudar toda nossa forma de organizar a vida social, adotar a simplicidade como princípio norteador da existência, priorizando a agricultura familiar e camponesa, os produtos artesanais e roupas da feira, etc. Implica não entrar na lógica da posse, de cada vez ter mais e mais e mais...

Para construir a nova sociedade, precisamos ter ética, precisamos ter coerência entre o

que falamos e o que fazemos. Isso é difícil, mas é possível. Há menos de 5 mil anos vivíamos dessa forma, em cidades que não tinham muros nem hierarquias, onde o cuidado com todas as pessoas era central e a palavra “fome” nem existia. Estes lugares estão voltando e se multiplicando, muitas comunidades se redescobrem como espaços do cuidado com o essencial.

*O Tao Te Ching chinês descreve uma época em que o yin, ou princípio feminino, ainda não era governado pelo princípio masculino, ou yang, uma época em que a sabedoria materna ainda era honrada e respeitada acima de tudo. O antigo poeta grego Hesíodo escreveu a respeito de uma “raça dourada”, a qual cultivava o solo com “paz e tranquilidade” antes de uma “raça menor” introduzir seu deus da guerra<sup>1</sup>.*

Essa é nossa história primeira; é dela que não podemos nos esquecer. Para não esquecermos é preciso recontar a história a partir da ótica das mulheres, dos indígenas, de alguns povos que por preservarem práticas cuidadosas e por sua simplicidade na relação com a vida foram oprimidos, ou deixados de lado, e ouvir o que eles dizem.

Para aprofundarmos um pouco mais sobre isso, proponho a seguinte dinâmica.

*Ouvir para entender...*

*Dinâmica: só perguntas*

*Em grupos de três pessoas, uma fica de frente para a outra (1 e 2) e começam a entabular uma conversa. Esta conversa só pode ser feita com perguntas. A terceira pessoa vai dar o tema da conversa e em caso de 1 ou 2 errarem (não conseguirem responder com outra pergunta), troca de lugar com a pessoa número 3 e por aí vai.*

Síntese: estamos ligados no automático, temos que dar resposta para tudo e com isso esquecemos quem somos e temos medo de admitir que não sabemos as respostas. Perdemos em nós mesmos e não ouvimos o outro. Nosso desafio é mudar essa lógica<sup>2</sup>.

Uma alternativa para criar a economia do cuidado é a ousadia de pensar, porque este sistema que vivemos é a negação do pensamento crítico.

1. EISLER, Riane. **O Cálice e A Espada**: nosso passado, nosso futuro, São Paulo: Palas Athena, 2007.

2. Tomei conhecimento deste jogo por meio do Fábio Brotto, na Pós-Graduação da Pedagogia da Cooperação e Metodologias Participativas. Jogo originalmente apresentado no programa Improváveis e adaptado para um jogo colaborativo, na categoria de Jogo de inversão, onde os jogadores experimentam situações de troca entre as equipes, favorecendo a consciência de interdependência, respeito, empatia, valorização dos parceiros de jogo e diminuição da preocupação excessiva com o resultado.

Precisamos também ter a coragem para cultivar relacionamentos que signifiquem algo mais do que um passatempo: as pessoas não estão à venda em lojas de doces, não são para serem degustadas e depois jogadas fora. Precisamos ter coragem para nos relacionarmos conosco mesmas e com as outras pessoas, vê-las e ouvi-las, para poder mergulhar fundo, de maneira que possamos permitir o acesso às nossas raízes, fazendo fluir a nossa essência. E se este relacionamento fizer sentir profundamente, aí sim vai fazer sentido.

Na construção de relacionamentos genuínos se faz necessário proporcionar diálogos verdadeiros e sequencialmente ter coragem para rir da gente mesmo, trazer as dimensões da ética, da estética e da poética, de maneira que possamos partilhar a vida, fazendo rir, gerando novos fluxos afetivos, sociais e econômicos para os nossos territórios e territorialidades.

A economia de solidária/de comunhão só tem sentido se ela for enraizada ao território. Esta é a forma de sairmos da lógica do mercado capitalista. A organização do consumo local rompe com as multinacionais. Precisamos para isso organizarmo-nos para outra forma de consumo: incentivar feiras de trocas, a produção artesanal, CSAs, etc. Valorizar a economia solidária a partir do consumo é pequena, mas talvez a maior ação que podemos fazer e que agora somente depende do nosso movimento, da nossa escolha consciente e responsável, é uma opção individual e tremendamente política, que pode se tornar coletiva e poderosamente transformadora da face da terra. A organização do consumo é portanto revolucionária, libertadora e urgente!

Acessando o nosso sentido com relacionamentos verdadeiros, um consumo responsável no bojo de uma economia solidária, vamos ter condições de ir para os mais que humanos, e ver as nossas imagens refletidas, uns nos outros e sermos genuinamente irmãos e irmãs que vivem na mesma casa e criaremos assim uma tessitura amorosa com todas as criaturas viventes no planeta terra, verdadeiras relações de parceria e respeito profundo, serão estabelecidas.

A epígrafe no começo deste tópico é uma cantiga, uma poesia de Ray Lima. “Cuidar do outro é cuidar de mim”, essa é a certeza da nossa existência: todo ser que vem a este planeta tem a certeza do acolhimento. Isto é o que nos humaniza. “Quem cuida de mim somos nós”, como dizia o programa de rádio do PACS. Que possamos resgatar o cuidado uns com os outros para fazer uma economia que seja humana e realmente Solidá+Ria.

# *O racismo e o patriarcado nas injustiças ambientais como entraves para a construção de uma nova sociedade*

*Cris Faustino  
(Instituto Terramar/Rede Brasileira de Justiça Ambiental)*

**I**njustiça ambiental e racismo ambiental são conceitos que nascem a partir das lutas negras nos EUA pelos direitos civis na década de 1980, momento de denúncia da poluição tóxica nos territórios onde vivem comunidades negras. Um dos ‘achados’ desses movimentos – e que se transformou numa importante chave de leitura sobre a questão ambiental – foi o fato de que os locais poluídos são os habitados pelo povo negro ou grupos étnicos discriminados. E isso não é coincidência. Expressa, antes, um recorte racial e de classe na degradação ambiental.

Nessa leitura, o problema da degradação ambiental não se descola das relações de poder – sejam elas econômicas, sociais, políticas, culturais, etc. Desse modo, a degradação não pode ser enfrentada numa lógica individual do tipo: ‘se cada um fizer a sua parte o meio ambiente será salvo’, pois o que muda a realidade ambiental, que é imbricada com a realidade social, é a transformação nas relações de poder e não somente nas ações individuais. Ou seja, é necessário construir processos igualitários e participativos nas decisões sobre como e quem usa e ocupa o meio ambiente, que visões e interesses se estabelecem nas relações com a natureza, os territórios, enfim...

A lógica capitalista predominante baseada em sistemas de dominação da natureza e exploração das relações sociais para acumular e concentrar lucros não tem preocupação em democratizar poder, sendo nas desigualdades, de diferentes ordens, que esse sistema opera

e se autogarante. Contudo, se o sistema capitalista e a degradação socioambiental, que é parte de seu modo de ser, atinge a todas e todos, isso também não acontece de forma igual. São nos territórios onde vivem populações de baixa renda, negras, indígenas, camponeses e tradicionais, em sua diversidade, que convivem mais direta e imediatamente com a degradação socioambiental, os impactos e riscos reais e potenciais gerados por projetos econômicos danosos. Ou seja, as populações que possuem baixa legitimidade e reconhecimento e baixo poder de acessar e incidir sobre o poder e as instituições públicas, incluindo o sistema de justiça, são comumente as mais prejudicadas pela degradação ambiental e pelos problemas que ela significa.

Portanto, falar de injustiça e racismo ambientais é falar de luta de classes e das desigualdades inerentes a ela. Porém, tanto na América Latina quanto nos EUA esses debates não podem ser descolados da violência da colonização baseada não só em interesses de dominação mercantil, mas também na ideia de uma humanidade branca, dominada pelo poder masculino/patriarcal. O genocídio, a catequização dos povos originários, usurpação e exploração dos territórios; o tráfico e escravidão dos povos negros africanos, a exploração sexual do corpo das mulheres indígenas e negras, etc. são expressões de violência colonial que marcam a nossa história e continuam até os dias de hoje.

Nessas circunstâncias, a formação das classes sociais, desde uma ordem patriarcal e racista está imbricada com as opressões de gênero e raça. Mesmo se tratando de questões diferentes, com motivações, dinâmicas e histórias próprias, essas violências e desigualdades se concretizam numa lógica de construção social que não pode ser analisada sem tomar em conta, no mínimo essas três dimensões.

Isso implica também que os sujeitos que se organizam contra essas opressões não podem ser compreendidos isoladamente ou somente como grupos identitários, pois suas lutas estão relacionadas ao enfrentamento de fortes estruturas societárias. Muito mais do que defesa e afirmação de identidade, as lutas das mulheres, de negros e indígenas também buscam repartir, participar, decidir sobre poder e riqueza (em sentidos conceituais e práticos), economia, política e justiça, e não só por transformação cultural, que, aliás, é processo importante para enfrentar as injustiças. Não é possível, por exemplo, garantir plenamente os direitos de pobres, negros e mulheres se culturalmente esses grupos são hostilizados e discriminados pelo senso comum, pelas artes, pela produção de conhecimento, pela formação de subjetividades colonizadas.

Reconhecer essas questões é importante para criar processos de transformações profundas nas relações sociais.

No que se refere ao tema ambiental abordado desde uma perspectiva de injustiças e racismos ambientais, significa reconhecer que poder e riqueza, privilégios e desprivilégios são fatores racializados e influenciados pelo gênero, vivenciados nos corpos e na vida desde normatividades racistas, elitistas, misóginas, masculinistas e hetero-obrigatórias.

O sistema capitalista que divide a sociedade entre ricos e pobres, capital e trabalho, não se resume a uma ordem econômica. Suas forças se firmam na vida sociocultural e política, mediante violência física, sexual, subjetiva e institucional contra mulheres e não-brancos, se constrói nessa condição histórica e desde sempre se aproveita delas para se aprofundar e expandir. Nesse sistema toda a degradação ambiental é justificada em nome do progresso, pensado desde a lógica do colonizador. As populações negras e indígenas no campo e nas cidades, assim como os territórios e o meio ambiente onde vivem, são facilmente tornados zonas de sacrifício para o desenvolvimento ideal e superior, suprimindo toda a diversidade e manipulando opressões. O racismo e o patriarcado institucionais e imbricados no seio da sociedade são partes estruturantes do capitalismo, ou seja, condição para viabilizar os grandes projetos. Se as populações e grupos presentes nos cobiçados territórios estivessem em outras condições de acesso ao poder e fossem consideradas em sua humanidade plena pela sociedade, as injustiças ambientais não seriam viáveis, e o capitalismo e a exploração exacerbada dos territórios e da natureza não se concretizam sem injustiças.

Contudo, as injustiças e as desigualdades podem existir mesmo sem a presença dos grandes empreendimentos, e algumas são anteriores ao sistema capitalista; mas pode-se dizer que tais empreendimentos agravam essas situações. As lutas das mulheres por justiça ambiental, por exemplo, não se dá sem o enfrentamento de desigualdades de gênero presentes nas comunidades afetadas.

As mulheres, para conquistar lugares políticos na luta e ter suas necessidades e interesses considerados, também enfrentam opressões domésticas e sexuais em seus lugares e na convivência com seus pares. Do mesmo modo, nem sempre os próprios sujeitos de lutas por transformações reconhecem a dimensão racial como estruturante das injustiças. Essas devem ser questões de grandes interesses para quem se propõe a enfrentar as injustiças ambientais.

Nessa lógica de construção social, as mulheres são reduzidas ora a um feminino

deficitário, doméstico, dependente e malvado; ora à força de trabalho (em especial doméstico e/ou desvalorizados do ponto de vista produtivo); ora à sedução de um corpo sensualizado disponível ao desejo dos homens, no caso das mulheres negra e indígenas, hipersexualizados e hiperviolados.

Povos indígenas e quilombolas são negados em sua própria existência, e a população negra de um modo geral é tratada socialmente como desumanizada, suas culturas e religiosidades são endemonizadas. Não à toa, as consequências ou os impactos socioambientais dos grandes projetos que recaem sobre as mulheres têm a ver com a forma como a sociedade nos trata: como seres domésticos, não políticos, cujo trabalho produtivo é completar ao trabalho dos homens. A exploração sexual de mulheres e meninas chega a fazer parte “clandestina” na cadeia dos grandes negócios. Nas cidades, quem pergunta sobre a tristeza, a solidão, o enlouquecimento das mães negras que perdem seus filhos para o crime ou para a violência policial?

Quando por exemplo se fala numa nova sociedade baseada na economia do cuidado tem a ver com convidar os homens para compartilhar o cuidado com as crianças, com a casa, com a cozinha e com todos os afazeres domésticos. Tem a ver com considerar as mulheres como seres completos, cujas experiências contribuem de forma igualitária para novas formas econômicas e políticas de organizar a vida social e novas culturas de respeito e consideração com nosso corpo e nossa sexualidade. Tem a ver com nos reconhecer e legitimar como sujeitos inteiros que pensa, realiza, sugere e incide sobre o mundo.

Outra questão é que o racismo ambiental não diz respeito somente às pessoas negras e indígenas. O racismo só tem sentido quando pensamos nos privilegiados, por isso reconhecer a “branquitude” como um problema é necessário. Só será possível compartilhar o poder se os brancos abrirem mão de suas condições de privilegiados. Contudo, só o reconhecimento não é suficiente. É preciso criar formas de transformar, pensar em novas metodologias de movimentação social.

Por fim, reconhecer a diversidade como uma condição humana é um imprescindível para construir o mundo mais justo e igualitário, de fato engajado no enfrentamento profundo a questões e dilemas socioambientais no mundo. Nesse sentido, capitalismo, racismo e patriarcado são estruturas que precisam desabar. Essas são questões importantes que as esquerdas e os sujeitos de luta por transformação social precisam entender e enfrentar na construção de novos rumos para o mundo.

# *Comer é um ato político*

*Maria Emília Pacheco  
(FASE)*

**P**ara falar de alternativas, precisamos fazer a crítica cada vez mais profunda ao capitalismo. Uma de nossas tarefas é encontrar referências para entender as formas contemporâneas de acumulação capitalista e seus impactos nas vidas dos povos tradicionais e das populações num contexto de contradições profundas de classe e de ruptura democrática.

Ao falar de alternativas, resistências, de um “novo mundo possível”, quero recorrer ao geógrafo inglês David Harvey que faz a distinção entre “destituídos”, expressão da condição proletária, mas chama atenção também para não tratarmos como atores secundários os trabalhadores do setor informal, e os “despossuídos”.

Harvey fala de novos mecanismos de “acumulação por despossessão” como os chamados direitos de propriedade intelectual, de patenteamento de materiais genéticos. No contexto de uma crescente mercantilização e privatização dos recursos da natureza, a propriedade intelectual foi tomando conta dos campos da vida. E colocou em questão o

próprio sistema de valores, pois os bens como plantas, animais têm um sentido ontológico ou de valor de uso para as populações tradicionais. E eles entraram no mercado como commodities.

Os despossuídos são os povos indígenas, comunidades camponesas tradicionais. São os que mais defendem, protegem e respeitam a natureza. Esses povos têm um conhecimento profundo sobre ela. Mas são considerados “atrasados”, “empecilhos ao desenvolvimento” por parte de atores hegemônicos do modelo de desenvolvimento insustentável, e ao mesmo tempo os grandes grupos químicos e farmacêuticos estão interessados no patenteamento das plantas, animais e na apropriação do conhecimento que esses povos e populações têm sobre os recursos naturais. São novas formas de cercamento.

Em relação aos povos indígenas, por exemplo, estamos diante da realidade de verdadeira negação da dignidade humana. Dou um exemplo: uma comitiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em visita aos Povos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul, no ano passado, constatou lá a situação de insegurança alimentar grave, de fome. O governo do Estado se negava a garantir cestas de alimentos para os indígenas em áreas de retomada de seu território. Nas negociações, recorreremos ao sentido da Ajuda Humanitária para que o Direito Humano à Alimentação (art. 6º da Constituição) fosse respeitado.

Apenas em 1988, com a incorporação do artigo 231 na Constituição Brasileira, foram reconhecidas as terras tradicionalmente ocupadas<sup>3</sup>. Este conceito é muito atual e está contido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho da qual o Brasil é signatário desde 2002. Esta é uma referência importante para as lutas contra-hegemônicas.

Pensar em alternativas significa, pois, atualizar o debate sobre o caráter da questão agrária e defender a democratização do acesso à terra, com a Reforma Agrária, os direitos territoriais e o direito ao livre uso da biodiversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais e agricultura camponesa.

Vivemos hoje grandes ameaças face às propostas em debate no Congresso Nacional e no Judiciário que flexibilizam ou anulam normativas, retirando limites ao acesso à terra por

---

3. Art. 231: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

empresas estrangeiras e sobre as terras de fronteira; propondo titulação nos assentamentos da Reforma Agrária para acelerar a liberação de terras para o mercado; além de medidas inconstitucionais como a proposta de emenda constitucional (PEC 215), que nega o direito ao território aos povos indígenas, e a Ação de Inconstitucionalidade em relação ao Art. 68 da Constituição sobre o domínio de terras das comunidades quilombolas.

Há também nos últimos anos sucessivas medidas de flexibilização das normas ambientais expressas nas mudanças do Código Florestal e do Código de Mineração, que geram processos de expulsão e expropriação e que nos distanciam ainda mais da soberania alimentar.

Estamos substituindo nossa alimentação. Consumimos mais produtos alimentícios ultraprocessados pela indústria de alimentos com impactos negativos para a saúde, aumentando o número de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis como diabetes e pressão alta. Reduzimos áreas de produção de alimentos, sobretudo da agricultura familiar e agroextrativista, com os desmatamentos, grandes projetos e substituição dessas áreas por monoculturas para exportação. Consumimos cada vez mais água e alimentos contaminados por agrotóxicos. Da produção ao consumo, há um processo crescente de concentração e fusão das grandes corporações.

Por isso, pensar alternativas é ter consciência de que comer é, cada vez mais, um ato político. Precisamos refletir sobre de onde vem e o que consumimos (forma de produção, relações de trabalho, uso de agrotóxicos, sementes transgênicas, etc.).

O modelo de agricultura hegemônico no Brasil é insustentável. É um equívoco esta ideia de que é preciso grandes extensões de terra, uso de agrotóxicos e transgenia para alimentar a população. A agricultura camponesa, na contramão desta lógica, é a responsável pela alimentação dos povos em todo o mundo. Por isso, uma das nossas alternativas deve passar pelo apoio à agricultura camponesa e agroecológica, às comunidades agroextrativistas e pelo fortalecimento da agricultura urbana. A destruição do meio ambiente e o adoecimento da população custam mais e devem ser analisadas à luz do significado econômico da exportação de commodities.

Quero destacar a importância do movimento da agricultura urbana e periurbana na luta pela mudança no Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, para reconhecer a

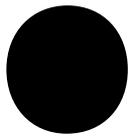
produção de alimentos pelos agricultores urbanos. Muitos deles vivem em áreas que são preservadas graças às suas práticas sustentáveis ambientalmente: “a cidade não é só um lugar que gasta, que consome, ela é também um lugar que produz, que mantém os elos entre as populações”. A alimentação é o elo entre campo e cidade.

Nessa perspectiva de alternativas, a economia solidária tem grande potencialidade que nos ajuda a pensar outras formas de produzir, recupera o princípio da reciprocidade, e aplica outras categorias do econômico que são muitas vezes ignoradas, como o autoconsumo.

Fazer um paralelo entre o que nos convoca a pensar a economia solidária e o movimento feminista, que defende a economia do cuidado, é extremamente importante. O movimento feminista nos fez repensar os sentidos do trabalho produtivo e reprodutivo, da autonomia econômica e auto-organização das mulheres e da própria economia para a igualdade nas relações de gênero. São esses movimentos de caráter emancipatório que acenam para o sentido das resistências e alternativas para “um novo mundo possível”.

## > *Reflexões Coletivas* <

- O PACS ao longo da sua história sempre tentou conciliar a crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista ao fortalecimento e elaboração de práticas e políticas alternativas, tendo como alternativa também a resistência e a afirmação e valorização de saberes. Além disso, se entendemos que o sistema capitalista é patriarcal e racista faz-se necessário uma outra forma de estabelecer as relações de gênero, de trabalho e de economia – economia sócio solidária e feminista;
- Para o PACS o grande desafio para o próximo período é trabalhar de maneira orgânica a questão do racismo, bem como aprofundar o debate sobre a relação de gênero e agricultura. Se as mulheres tivessem poder, que modelo de desenvolvimento elas dariam para a agricultura?
- Pensar na alternativa da agricultura familiar através das plantas alimentícias não convencionais (PANCs), que não possuem valor comercial, mas tem valor comestível. Resgatar dentro da agricultura urbana esse tipo de alimentação, esse é um grande desafio;
- O Bosque das Caboclas, em Campo Grande/ RJ, é um grande exemplo de resistência, trata-se de uma ocupação urbana liderada por mulheres e com diversas experiências de agricultura urbana protagonizada pela juventude. Precisamos pensar em alternativas para fortalecer este coletivo de juventude que faz a resistência dentro do Maciço da Pedra Branca – a juventude agroecológica. Valorizar e reconhecer o protagonismo da juventude negra e a luta das mulheres, inclusive das lésbicas é um grande desafio. O processo de resistência passa por (re) ver estruturas de privilégio. Uma sociedade mais humana implica em devolver a voz aos oprimidos e oprimidas;
- O sistema capitalista atinge a todas e todos nós, mas ele não atinge de maneira igual. As mulheres negras sobrevivem a este sistema. Assim, para superar esta estrutura social é preciso reconhecer o protagonismo destas mulheres na luta anticapitalista, reconhecendo e valorizando seu lugar de fala, não só em relação ao tema do racismo, mas nos diversos eixos que estruturam este debate. Um dos nossos desafios é o empenho para garantir a emancipação da mulher negra;



# Contribuições Finais

- Temos a necessidade de ter consciência, a consciência é sagrada. Estamos vivendo uma perspectiva de guerra, que coloca uns contra os outros. Então, se não tomamos consciência de que estamos nas nossas relações criando disputas, acabamos por cair em armadilhas. A cultura da guerra cria primeiro o medo e o medo é o contrário da vida, não podemos nos render ao medo. A cultura da guerra diz que é possível estuprar, exterminar os negros, destruir a agricultura. A cultura da guerra nos extermina, precisamos dizer basta e isso só é possível se a gente se organizar. A organização é a única forma de resistência;

- Temos o desafio de ocupar o nosso território, mesmo na cidade, onde é mais difícil identificá-lo, e produzir novos sentidos sobre ele. O centro da cidade não é onde está o poder econômico, é onde está o poder da vida, por isso a periferia não é periferia, é o centro, o centro da vida. A periferia é onde o coração não pulsa. Se a agroecologia acontece nos bairros longe do centro, ali é o centro da vida. O poder econômico não pode ser nossa referência de central;

- Nossa sociedade está doente. Homens e mulheres tem adoecido porque nos esquecemos quem somos. Nos esquecemos do poder de cura das mulheres, esse poder capaz de curar umas às outras e de curar o planeta. Recordar quem somos e que temos poder é uma alternativa que nos impulsiona à vida;

- Temos o desafio de aprender a reler a história. O passado e o presente convivem. É preciso conhecer nossa história para compreender mais radicalmente a realidade e, a partir disso, propor alternativas que culminem em processos de transformação;

- Raça e gênero não podem ser compreendidos isoladamente como questões identitárias, são questões estruturantes da realidade. O racismo e o machismo são também questões econômicas e políticas. Não é possível falar de classe sem o recorte de raça e gênero. Estas dimensões estruturam a vida. Reconhecer as desigualdades é importante para criar processos de transformação nas nossas relações;

“

*O racismo e o patriarcado institucionais e imbricados no seio da sociedade são partes estruturantes do capitalismo, ou seja, condição para viabilizar os grandes projetos. (Cris Faustino)*

- O modelo de agricultura hegemônico no Brasil, é insustentável. É um equívoco esta ideia de que é preciso grandes extensões de terra, uso de agrotóxicos e na transgenia para alimentar o povo. A agricultura camponesa, na contramão desta lógica, é a responsável pela alimentação dos povos em todo o mundo. Uma das nossas alternativas tem que passar pela valorização da agricultura camponesa e agroecológica e pelo fortalecimento da agricultura urbana.



**30 anos atrás,  
redemocratização.**

**Agora, perdas  
de direitos. Que  
cenários futuros?**

## *Um olhar sobre os ciclos históricos*

*Cláudio Nascimento  
(educador popular/CUT)*

**P**ara começar, é preciso repensar dois conceitos: tempo e espaço, que assimilamos pela visão eurocêntrica da modernidade. Precisamos pensar o futuro, o presente e o passado como uma concepção tridimensional do tempo. Nós somos, ao mesmo tempo, presente, passado e futuro, no campo das ideias e das nossas práticas. Temos que ter consciência disso. No presente, coisas do passado vão morrendo, coisas do futuro vão nascendo.

A América indígena, de incas, maias e astecas, tinha outra concepção de tempo. Nas experiências atuais da América andina, começou-se a trabalhar a concepção política da memória: longa, média e curta. Nesse sentido, precisamos estabelecer algumas escalas de tempo. Uma delas é secular, é milenar. Vivemos uma crise do processo civilizatório. Sem dúvida, quebra-se aquela visão da modernidade, e o que vamos viver após a eleição dos EUA é o início de um novo processo civilizatório.

E quais são as alternativas apresentadas pelo norte e pelo sul? Isso significa no processo de formação começar a discutir tempo e espaço em termos de século, milênio. Parece que no Brasil, o governo e outros movimentos esqueceram que houve um escravismo colonial, como dizia o historiador Jacob Gorender. Esse passado é algo que não passou, é algo que está presente sobretudo na “estrutura de sentimento”, isto é, não só nas ideias, mas na biopolítica, no corpo, nos sentimentos e desejos.

O golpe de Estado que tirou Dilma é claramente isso. A eleição do Trump é claramente isso. Uma visão patriarcal, escravagista do mundo. Esse passado está presente. Temos que nos debruçar numa escala de tempo maior.

Outra necessidade nesse momento de crise profunda é pensar uma escala de formação social. Como foi construído o modo de produção no Brasil? Quem são e de onde vieram essas classes? Há estruturas que são permanentes na estrutura social. E outras que são superadas, são conjunturais.

Todavia, para isso, não vamos partir do zero. Temos grandes pensadores – Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire – que já se debruçaram sobre essas questões no passado em cada setor do pensamento brasileiro. Devemos recorrer a esses autores para nos orientarmos, para conseguir identificar nosso ponto de partida. Outra tarefa será repensar a dimensão do projeto político (de pelo menos 30 anos para trás e para frente) e de governo (no mínimo 4 anos para trás e 4 anos para frente) e desenvolver uma análise de conjuntura (o momento atual) para compreender a correlação de forças. Mas importante é fazer isso olhando desde a base e de maneira plural.

O segundo ponto é observar as alternativas presentes. Para isso é importante que identifiquemos os ciclos que configuram o período recente. A saída da Inglaterra da comunidade europeia, por exemplo, marca um desses ciclos. Se pararmos para observar quais setores que votaram para a saída da Inglaterra do bloco, veremos que são setores profundamente ressentidos com o processo de acumulação de capital, porque foram explorados e despossuídos. Este é um acontecimento que assinala algo novo.

A eleição de Donald Trump também marca o início desse outro ciclo. A geopolítica mundial que estava sendo construída foi derrubada. E qual o significado disso para a América Latina? E quem votou nele? Gente simples, o povo, que incorpora sentimentos

profundamente reacionários. Além disso, houve o plebiscito pela paz na Colômbia como outro exemplo deste ciclo. Quem votou contra? Também foram setores ressentidos com as políticas, principalmente os camponeses. São fenômenos que nos levam a pensar sobre o que está se passando, quais “estruturas de sentimentos” estão sendo construídas.

E tivemos também no sul da Europa outras tentativas de alternativas que não foram vitoriosas. É o caso da Grécia, que começou todo um trabalho de assembleias populares e o ministro pediu um plebiscito para decidir sobre a democracia. E o que ocorreu? Sarkozy, Merkel e Obama imediatamente se sentaram em Paris para dizer que o problema da Grécia não era democracia, mas financeiro-econômico. E deram um golpe branco na Grécia.

“

*O que vamos viver após a eleição de Donald Trump, do Brexit e do golpe de estado no Brasil é o início de um novo processo civilizatório. O passado está presente numa visão patriarcal, escravagista do mundo.*

E enquanto isso, o que havia de alternativas no sul do mundo? Em 1994, um ato abriu um ciclo de lutas emancipatórias: em Chiapas, na região mais pobre do México, onde o capital foi mais agressivo, com o Nafta. Abriu-se um ciclo de um processo de luta armada – mas também de autogestão. Depois de Chiapas, tivemos um processo aberto com eleições, como foi o caso da Venezuela, com a eleição de H.Chaves em 1998, mas com o movimento social profundo pressionando para levar à refundação do Estado. Uma revolução cultural, digamos assim. Foi um processo que foi se aprofundando com a Bolívia. Uma pluralidade de sujeitos se mobilizou para um processo Constituinte de repensar a questão do trabalho, as formas de propriedade, dando outra conotação ao que significa trabalho. Insisto que é

interessante observar como no último período estamos vendo o encerramento deste ciclo de governos progressistas iniciado no início do novo milênio. Mas não podemos jogar fora a água suja e a bacia.

Um ponto central para seguir buscando alternativas nesta conjuntura é o “acúmulo de classes”, uma ideia do boliviano Rene Zavaleta Mercado. E não falo de classe operária. Falo de uma pluralidade de sujeitos. E não tem um mais revolucionário do que o outro. O que define é a práxis onde está desenvolvendo sua ação. O acúmulo de classe é fazer a análise desse processo histórico e saber onde acumulamos na questão do trabalho, do Estado, da democracia e das funções educativa, cultural e ética. Aí estão os elementos para atualizar, fazer o projeto que vão dar as condições para a gente se atualizar e se renovar.

Chamo atenção, por fim, para a situação dos indígenas na América Latina. Não apenas a repressão que estão sofrendo, mas as alternativas que criaram. São as alternativas da Bolívia, do Peru, de um socialismo prático baseado na autodeterminação dos povos, na autogestão a partir da cultura desses povos. São experiências de “democracia multicultural”. O nome pode ser outro, mas estão lá os princípios da autogestão.

Para estudar as formações sociais e as transformações estruturais na América Latina é importante também respeitar a diversidade. Nós temos uma América Latina que é andina (as revoluções lá tem outra característica), uma América atlântico-ocidental (Chile, Argentina, Uruguai), uma América afro-indo-americana (Brasil). Quem são esses sujeitos, quais são os programas, quais as estratégias de luta? As formações sociais são distintas, mas há pontos em comum. É preciso considerar esses elementos comuns para fazer educação a partir dos processos de luta.

# *A questão agrária e os desafios para a classe trabalhadora*

*Marina dos Santos  
(MST/Via Campesina)*

**A** questão agrária e a luta pela terra não se distanciam do contexto político que estamos vivendo agora, ao contrário ela é parte deste processo. Neste sentido, para falar de questão agrária é preciso falar da crise internacional – econômica, ambiental, política e de valores. O que nós estamos vendo em nível global, e o Brasil é um bom exemplo, é que os Estados não estão mais sendo geridos pelos governos, quem toma as decisões são os conglomerados dos mercados e das empresas, sobretudo as multinacionais. Por consequência, evidencia-se a crise econômica e ao mesmo tempo política. Isso reflete numa democracia frágil, ou numa falsa democracia. Está claro que as Instituições Públicas perderam espaço para as empresas. E, por outro lado, nessa crise política ou nessa maneira de democracia há o aumento da violência policial contra a

população. Os Estados passaram a ser fundamentalmente Estados policiais. Dentro disso, a perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora.

De igual maneira, a crise de valores é uma das questões que mais preocupam, pois, a crise capitalista afeta os valores ideológicos. As pessoas, a natureza, o aumento do machismo, xenofobia, racismo etc. tudo é apropriado pelo capitalismo. O discurso hegemônico hipnotiza as pessoas, afastando-as da participação política, o que cria um senso comum cada vez mais reacionário. Em relação a isso, observa-se a concentração de riqueza no mundo. Com um contingente cada vez maior de Sem Terras.

A partir desse pano de fundo sobre a conjuntura e dialogando com alguns elementos da questão agrária é importante organizar as ideias em dois pontos, pensando que há dois projetos de desenvolvimento para o campo em disputa: de um lado o agronegócio e de outro a agricultura camponesa.

*Projeto do agronegócio:* Constituído no início da década de 1990, através da junção do latifúndio com as empresas, bancos, meios de comunicação, setores judiciários e indústrias, o agronegócio cresce cada vez mais com a participação cada vez menor de pessoas – concentração de terras e de lucro. No agronegócio os inimigos são os mesmos em todas as partes do globo, porque há uma concentração das mesmas multinacionais no mundo todo, as quais dominam todo o processo produtivo – desde a água, sementes, produção, preços, assistência técnica e comercialização. Nesta lógica, o Estado passa a ser cada vez mais isento de políticas públicas, principalmente para a agricultura familiar.

Segundo o Senso Agropecuário de 2006 (IBGE), no Brasil 1% de proprietários detém 46% de terras agricultáveis e este dado não se diferencia das outras realidades no mundo. Além desta evidente concentração de terras, outro elemento-chave como estratégia do agronegócio é o trabalho escravo e o trabalho análogo da escravidão, exemplo do caso de Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, que em 2009 foi campeã em trabalho escravo. Junto a tudo isto está o debate da degradação ambiental e das mudanças climáticas, bem como os altos índices de uso de venenos (agrotóxicos) para a produção e commodities. Os conflitos por terra e água em todo o mundo crescem junto com a criminalização dos movimentos sociais;

*Projeto da Agricultura Camponesa:* O MST e a Via Campesina defendem outro projeto de agricultura e de desenvolvimento para o campo, um projeto que não é só do povo do campo, mas que deve ser pensado e discutido junto com o conjunto da classe trabalhadora. Este projeto tem quatro eixos norteadores: a desconcentração da terra – defendendo a terra como bem comum; a educação – não tem como pensar um projeto de desenvolvimento para campo sem pensar na alfabetização de jovens e adultos, sem pensar num projeto de educação do e para o campo; as agroindústrias - as famílias camponesas e tradicionais precisam ter como processar, industrializar e comercializar seus produtos, precisam ter autonomia sobre todo o processo produtivo e; por fim, a mudança na matriz tecnológica de produção – baseado na agroecologia, produzindo alimentos em quantidade para atender à demanda da classe trabalhadora;

O Projeto de Agricultura Camponesa nos coloca alguns desafios, os quais devem ser superados em conjunto por toda a classe trabalhadora:

1. Luta contra política econômica neoliberal – fazer luta anti-sistêmica;
2. Retomada do trabalho de base – dialogar com a população, trocar elementos com nosso povo;
3. Formação política e ideológica – formar sujeitos políticos e coletivos, superando a ideia da necessidade da figura do grande líder;
4. Luta por reformas estruturais – luta pela reforma agrária, luta pela democratização dos meios de comunicação, contra o pagamento da dívida, etc., pois apesar de serem reformas, não deixam de ser lutas de extrema importância neste período histórico;
5. Comunicação – colocar energias sobre todas as formas de comunicação, as ao mesmo tempo reverter a concessão dos meios de comunicação dos grandes grupos privados. Temos a tarefa de lutar pela democratização da mídia;

6. Recuperar a soberania nacional sobre os bens da natureza – terra, pré-sal, água, minérios, etc.;

7. Mobilizações – construir força e unidade com a classe trabalhadora. Neste momento, a bandeira Fora Temer – nenhum direito a menos tem sido o canal de unidades e mobilização;

8. Construir novas estratégias de acumulo de forças da classe trabalhadora em que a disputa eleitoral não se encerre em si – reconhecendo que ela é meio e não fim;

9. Globalização das lutas – priorizar o trabalho com a juventude e com as mulheres. Se no capital, nossos inimigos atuam no mundo de forma articulada, então, nós também temos que fazer isso. Temos o desafio de globalizar as lutas, as esperanças e as resistências;

# *Os direitos humanos, a juventude e a luta contra o racismo*

*Marielle Franco  
(vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL)*

**T**emos o desafio de repensar as categorias de esquerda e a forma como ela dialoga com a juventude. O que é falar sobre classe trabalhadora, consciência de classe para a juventude? Como fazer o diálogo sobre o “lugar de fala” (o homem não pode falar pela mulher, a mulher branca não pode falar pela mulher negra), o que nos une e o que nos separa? Que lugar é esse dos diálogos cada vez mais inviabilizados? Ou de que maneira somos invisibilizados a partir desse não diálogo?

Sem hierarquizar a dor, não é essa a perspectiva, é preciso não esquecer o processo de Costa Barros que não anda, as mães que tentaram suicídio, não esquecer a dor das mães que precisam diariamente enterrar seus filhos jovens negros, não esquecer os cinco jovens assassinados em São Paulo. Não se trata de hierarquizar a luta, sobre que problemas são mais importantes que outros, mas sim de dar visibilidade aos oprimidos.

Eu tenho olhado muito para as identidades, do lugar que nos constrói, da nossa biografia e do lugar onde a gente lê o mundo. Ser negro não é só cor da pele, ser negro implica traços históricos de colonização, de escravidão, de genocídio.

Sempre que se fala que a favela vive uma ditadura, eu acho questionável. A favela vive um genocídio. Precisamos fazer um processo de descolonização, para entendermos este lugar que nos compõe. Quem é revistado pela polícia hoje? Quem são os elementos suspeitos? São os pobres, pretos, favelados. Então, repensar uma nova sociedade passar obrigatoriamente por repensar nosso lugar de ver o mundo.

O recrudescimento do conservadorismo também traz um debate moral muito forte. É preciso fazer autocríticas. Sobre o trabalho de base, onde a gente aprofunda? Queiramos ou não, concordemos ou não, a Igreja Universal também construiu trabalho de base e criou

“

*É preciso não esquecer a dor das mães que precisam diariamente enterrar seus filhos jovens negros. Não se trata de que problemas são mais importantes que outros, mas sim de dar visibilidade aos oprimidos.*

consensos da utopia. É importante conhecer o nosso lugar de trabalho de base e, para tal, compreender a conjuntura política é fundamental.

Tanta coisa a gente já viveu, já foi construída. A gente precisa afunilar esse diálogo entre os mais velhos e a juventude para que a memória e o futuro nos fortaleçam.

Nesse sentido, me parece falta de senso fazer propaganda – ainda que negativa – dos inimigos, dos conservadores. Que disputa de narrativa faremos? A quem vamos dar espaço? Não se trata de fingir que eles não existem, mas de não os legitimar. Isso é disputa de

narrativa. Política não é Fla x Flu, não é disputa de torcida organizada. Precisamos ampliar o diálogo no campo democrático, é com isso que temos que gastar energia.

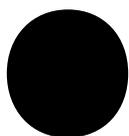
Para chegar na Zona Oeste, para debater transporte e as diversas formas de organização da família, etc. é preciso olhar para a base da pirâmide. Ao fazer isso, veremos que as mulheres negras são as que menos recebem e as que são mais violentadas. O processo de emancipação das mulheres negras passa pela autoafirmação, pela (re) construção da identidade. Não é qualquer representatividade que importa, junto a isso está o debate de classe. É isso que vai pautar nosso campo de disputa.

É preciso reconhecer e priorizar as organizações comunitárias como espaço de autogestão e de resistência. As pautas de direitos humanos, gênero e raça são debates que não ganham atenção no debate público, mas precisamos disputá-los. É preciso disputar esse imaginário dos jovens negros que estão morrendo, das mulheres negras que são vítimas e de o quanto, a cada momento, acontece uma chacina na favela. Isso compõe a luta do trabalho de base, da autogestão e da luta internacional. É essa junção que temos que pensar no próximo período. “Eu sou porque nós somos”. Ubuntu.



# > *Reflexões Coletivas* <

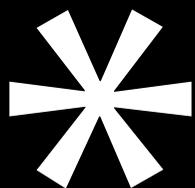
- Há uma necessidade e uma urgência da gente entender e visibilizar uma sociedade invisível. Projetar o futuro a partir das nossas memórias, das nossas práticas e da nossa esperança. O modelo de desenvolvimento capitalista descarta a diferença, não há espaço para o diferente. Nosso desafio é valorizar o diferente;
- Precisamos reconhecer/ admitir que não temos respostas para a conjuntura atual. Estamos vivendo a história agora. Não se angustiar com isso. Estamos no momento de plantar agrofloresta: coisas que vão dar frutos em 3 meses, mas também coisas que vão dar frutos em 30 anos;
- Democratizar os meios de comunicação é fundamental. Há uma forte relação entre os grandes meios de comunicação, a bancada ruralista e a bancada evangélica no Congresso e no Senado. A mídia tem um debate central na disputa de narrativas. Os programas policiaiscos cumprem o papel de fortalecer o racismo e o patriarcado, a novelas também. O desmonte da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), os perigos da campanha “Agro é Pop”, tudo isso implica construção de ideologia. Quem são os donos dos meios de comunicação? Os poderosos sabem do poder da comunicação, precisamos acordar para isso também;
- Vivemos um momento contraditório em que a contradição do território está mais forte o que nunca. O neoliberalismo quanto mais crise produz, mas se fortalece. A esperança é o que nos mantém. Como trabalhar para a construção de uma vontade coletiva? Temos muitas lutas importantes, mas estão todas elas fragmentadas. Nosso grande desafio é unificar as lutas;
- Precisamos identificar quem é o sujeito da classe trabalhadora hoje? Onde ele está? Como se comporta? Outra coisa importante é pensar no trabalho de base. Tarefa de casa nossa de todos os dias: fazer trabalho de base;
- A juventude é a força da mudança. O grande desafio do PACS e de todos os coletivos de esquerda é investir cada vez mais na juventude que tem potência e tem respostas;
- Nossos governos progressistas não questionaram o processo de acumulação e de crescimento. De igual maneira não questionou o modo de vida dos brancos. “Não há superação da pobreza, sem superação da riqueza”. A fascinação com o capital dos líderes domina o imaginário e a economia na América Latina, temos o desafio de construir alternativas a esta forma de compreender o desenvolvimento;
- Proposta: Construir no centro do Rio de Janeiro um espaço onde podemos buscar solidariedade e acolhimento;



## Contribuições Finais

- Temos a necessidade de reconhecer e de valorizar a cultura negra, resgatar o debate da cultura quilombolas, do funk, etc. como expressões e como forma de resistência. E, pensar em alternativas, passa necessariamente por articular as lutas., inclusive as que se dão via institucional. Mas, não cair novamente na armadilha de achar que o processo eleitoral dará conta de atender nossas demandas. Eleição é meio, não fim. Não podemos nos render, é preciso seguir lutando. E, se é tempo de resistência, é tempo de organização;
- O atual governo é um governo contra a vida e contra o futuro. É um governo contra as mulheres e a juventude. É um período de destruição dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. O que determinará nosso futuro são as lutas sociais protagonizadas pelos setores mais populares: as mulheres - as mulheres tiraram o Cunha. As mulheres foram a primeira a sentir o peso desse novo governo; a juventude é outro setor que tem radicalizado as lutas – ocupação das escolas. Neste momento a tarefa principal é garantir os espaços de articulação. O caminho vamos conhecer caminhando;
- Principais tarefas para os próximos períodos: compreender a importância do verbo “ocupar” – necessidade de apropriação do verbo pela classe trabalhadora; e dos Movimentos da juventude – inovação no método de organização, formas de fazer luta, etc. A juventude tem muita condição de contribuir com o país, ajudando-o a reergue-lo de tudo que estamos vivendo agora. Garantir o protagonismo da juventude.

**Programação**  
**Encontro Pacs 30 anos**



*Encontro Pacs 30 anos – 9 a 11 de novembro de 2016*

*Local: Av. Passos, 34 – Centro, Rio de Janeiro*

## **\* QUA (09/11)**

14h Saudação: Sandra Quintela e Marcos Arruda

15h30 Balanço crítico das políticas de desenvolvimento (do pós-guerra aos dias atuais)  
Mediador: Gabriel Strautman - Instituto Pacs

18h Lançamento da Revista e do Livro Pacs 30 anos  
Apresentação: Iara Moura e Thiago Mendes (Comunicadorxs do Instituto Pacs)

*[Baixe e Leia em <http://30anos.pacs.org.br/revista>]*

## \* *QUI (10/11)*

9h Quais as novas abordagens para o tema do desenvolvimento? É possível?

Mediador: Miguel Borba de Sá - colaborador do Instituto Pacs

14h Caminhos para uma nova sociedade, que alternativas?

Mediadora: Joana Emmerick – Instituto Pacs

## \* *SEX (11/11)*

9h 30 anos atrás, redemocratização. Agora, perdas de direitos: Que cenários futuros?

Mediadora: Sandra Quintela – coordenadora-geral do Instituto Pacs



*Lento, mas vem*  
*Mario Benedetti*

*Lento mas vem*  
*O futuro se aproxima*  
*Devagar mas vem*

*Já quase está chegando*  
*Com sua melhor notícia*  
*Com punhos com olheiras*  
*Com noites e com dias*

*Com uma estrela pobre*  
*Sem nome ainda*

*Lento mas vem*  
*O futuro real*  
*O mesmo que inventamos*  
*Nós mesmos e o acaso*

*Cada vez mais nós mesmos*  
*E menos o acaso*

*Lento mas vem*  
*O futuro se aproxima*  
*Devagar mas vem*

*Lento mas vem*  
*Lento mas vem*

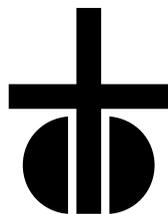




Realização:



Apoio:



FASTENOPFER

**Brot**  
für die Welt

ISBN 978-61-89366-38-0



9 782599 366390